



REPÚBLICA DE ANGOLA
CONSELHO DE MINISTROS

**Estratégia Integrada
Para a Melhoria do
Sistema de
Educação
=2001-2015=**

**LUANDA
AGOSTO - 2001**

Ficha Técnica:

AUTOR:

Governo da República de Angola

TÍTULO:

Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação

PREPARAÇÃO E ORGANIZAÇÃO:

Ministério da Educação e Cultura, Ministério do Planeamento e Secretariado do Conselho de Ministros

COORDENAÇÃO METODOLÓGICA:

Ministério do Planeamento

TRATAMENTO E PROCESSAMENTO DE DADOS:

Ministério da Educação e Cultura

APROVAÇÃO:

Conselho de Ministros

| |
|-------------------|
| = ÍNDICE = |
|-------------------|

| | |
|---|-----------|
| GLOSSÁRIO DE TERMINOLOGIAS ESPECÍFICAS | 4 |
| SIGLAS E ABREVIATURAS | 8 |
| INTRODUÇÃO | 10 |
| RESUMO EXECUTIVO | 11 |
| I - CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO: | 14 |
| 1.1. - Estrutura do Sistema | 14 |
| 1.2. - Alfabetização e Educação de Adultos | 15 |
| 1.3. - Ensino de Base | 21 |
| 1.4. - Ensino Médio (Normal e Técnico-Profissional) | 26 |
| 1.5. - Ensino Superior | 29 |
| 1.6. - Formação Profissional | 33 |
| II - ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO POR SUBSISTEMAS E HORIZONTES TEMPORAIS: | |
| • 2001/2002 | |
| • 2002/2006 | |
| • 2006/2015 | |
| III – GESTÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO: | 64 |
| III.1. - Delimitação do Poder (Central – Local) | 65 |
| III.2. - Gestão do Estabelecimento de Ensino | 66 |
| III.3. - Padronização dos Estabelecimentos de Ensino | 67 |
| III.4. - Participação dos Cidadãos | 69 |
| III.5. - Sistemas de Bolsas Internas | |
| III.6. - Acção Social Escolar | 70 |

GLOSSÁRIO DE TERMINOLOGIAS ESPECÍFICAS

ANDRAGOGIA - Designa a arte e a ciência que ajuda os adultos a aprender, o estudo da teoria da Educação de Adultos, seus processos, métodos e técnicas. Este termo foi introduzido para distinguir da pedagogia (educação para crianças)

AUTODIDACTICA- Pessoa auto-educada, que aprende sem recorrer à instrução sistemática dispensada por outros

COBERTURA DO SISTEMA- É a capacidade do sistema de ensino em atender a população em idade escolar

CONHECIMENTO DO MEIO- Forma de actividade sócio-educativa cujo propósito é o de promover um melhor conhecimento do meio ambiente, físico e social, através da utilização de inquéritos sociológicos, e do estudo de diversos aspectos do meio, tais como: demográficos, económicos, administrativos, culturais e sociais

CURRÍCULO- um conjunto de pressupostos de partida, das metas que se desejam alcançar e dos passos que se dão para os alcançar, sendo igualmente um somatório de conhecimentos, habilidades, atitudes consideradas importantes para serem tratados na escola, ano após ano

CURRÍCULO LOCAL- O complemento do currículo definido centralmente que incorpora matérias diversas de vida ou interesse da comunidade local nas mais variadas disciplinas contempladas no plano de estudos

DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO- Compreende os princípios de acção e as actividades que têm por objectivo a melhoria das condições materiais e sociais de uma comunidade

DESPESAS DA EDUCAÇÃO- Total da despesa com o aprovisionamento, gestão, inspecção e apoio às escolas pré-primárias, primárias e secundárias, universidades e institutos superiores; às instituições de ensino técnico-profissional e outros tipos de formação; e administração geral e serviços auxiliares

DINÂMICA DE GRUPO- Método de aprendizagem que estimula e desenvolve a interação entre os integrantes de um grupo como veículo para aquisição de novos conhecimentos, destrezas e habilidades

EDUCAÇÃO BÁSICA - Educação destinada a satisfazer as necessidades educativas fundamentais

EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRADA- É a educação da população orientada para satisfazer as suas necessidades básicas de aprendizagem, isto é, que garanta que todas as pessoas possam contribuir, como cidadãos, trabalhadores responsáveis e competentes no desenvolvimento sócio-económico e cultural da sociedade em que estão inseridos melhorando a qualidade da sua vida, da família, da comunidade e do país, com respeito e dignidade

EDUCAÇÃO CONTÍNUA OU PERMANENTE- Conceito segundo o qual a educação é um processo que deve ter lugar durante toda a vida

EDUCAÇÃO ESPECIAL - Conjunto de actividades e serviços educativos e instrutivos destinados a adolescentes, jovens e adultos que, pelas suas características patológicas, necessitam de um atendimento específico, particularmente ao nível dos aspectos de desenvolvimento das potencialidades; na ajuda para a aquisição da estabilidade emocional; no desenvolvimento da independência a todos os níveis em que se possa processar e finalmente na integração sócio-laboral das pessoas portadoras de deficiências

EDUCAÇÃO FORMAL- Educação organizada que é desenvolvida por um período fixo de tempo em estabelecimentos escolares próprios e orientada para objectivos específicos

EDUCAÇÃO INFORMAL- Processo de aquisição de conhecimentos que se realiza de modo contínuo para cada pessoa, fora do contexto da situação organizada de Educação Formal ou Não-Formal

EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL- Toda a actividade educativa organizada que é realizada fora dos parâmetros formais, mas dirigida a certos tipos de instrução e a certos grupos particulares da população

ENFOQUES ACTIVOS – Modo de aprender, fazendo e participando

FRACASSO ESCOLAR- Efeitos integrados e conjugados dos problemas que constituem a repetição e a deserção

GRUPOS DESFAVORECIDOS- Grupos de pessoas que, por uma ou outra razão, não beneficiam tanto como a maioria dos seus concidadãos dos serviços que oferecem o seu Governo

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO- Mede as realizações médias de um país quanto a três dimensões básicas do desenvolvimento humano: a longevidade, o conhecimento e um padrão de vida adequado. Sendo um índice composto, o IDH contém assim três variáveis: esperança de vida, nível educacional (alfabetização de

adultos e escolaridade conjunta dos ensino primário, secundário e superior) e PIB real per capita

LÍNGUA MATERNA- O primeiro idioma falado pelo indivíduo no seu meio familiar

LÍNGUAS NACIONAIS- São todas as línguas nacionais de origem bantu

METODOLOGIA DE ESTUDO DE CASO – Metodologias ou processo mediante o qual os estudantes utilizam a descrição escrita de um acontecimento como material de apoio para o processo de análises e discussão de teorias, conceitos e fenómenos da vida real

METODOLOGIA PARTICIPATIVA- Conjunto de actividades e procedimentos utilizados durante o processo de ensino-aprendizagem, cujo objectivo é o de incorporar de forma activa o participante, em que o estudante assume a maior parte do protagonismo

NECESSIDADES EDUCATIVAS FUNDAMENTAIS- Conhecimentos e competências mínimas que permitem viver convenientemente numa sociedade, tais como: ler, escrever, calcular, linguagem, valores morais e atitudes sociais

ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL- Organização sem fins lucrativos activamente implicada no processo de desenvolvimento sócio-económico e / ou cultural, podendo ser local, regional, nacional ou internacional

PLANO CURRICULAR- É um documento oficial, onde constam os fundamentos, os objectivos, os conteúdos, as orientações didáctico-pedagógicas ou andragógicas, as características das escolas e as propostas de avaliação de maneira a orientar a prática educativa, mas prevendo também as variantes na sua aplicação

PLANO ESTRATÉGICO- No campo educativo, o termo encerra muitos sentidos, dependendo do contexto a que estiver associado. O plano estratégico faz referência à definição de um conjunto de objectivos muito amplos, aos produtos e às actividades que se definem, produzem ou desenvolvem para enfrentar um problema de grande complexidade como a ampliação e melhoria da qualidade de ensino. Um plano estratégico executa-se através de diferentes programas e projectos que abordam aspectos ou dimensões desse problema de grande complexidade

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ACTIVA- Todas as pessoas, de ambos os sexos, que fornecem trabalho para a produção de bens e serviços económicos durante um período de tempo preciso, de acordo com a definição do Sistema de Contas Nacionais da ONU

PROGRAMA- Quadro de acção coerente tendo em vista a concretização de certos objectivos gerais, compreendendo um conjunto distinto de actividades orientadas para a realização de objectivos específicos

PROGRAMA EDUCATIVO- Entende-se como sendo um conjunto ou sequência de actividades educativas organizadas para alcançar um objectivo pré-determinado

PROGRAMAS INTEGRADOS- Programas que permitem adquirir as competências de uma pessoa alfabetizada, assimilando ao mesmo tempo outra matéria útil ao bem-estar do formando ou alfabetizando

REFORMA CURRICULAR- É o conjunto de políticas, estratégias e acções adoptadas com vista a operar mudanças qualitativas no sistema educativo

SEMINÁRIO OPERACIONAL- Actividade formativa eminentemente prática no qual se reúne um certo número de pessoas para investigar, estudar, criar e inovar nos aspectos da concepção, metodologia, implementação e avaliação de programas de educação

TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS - Percentagem da população com 15 anos ou mais, que pode, com compreensão, ler e escrever um texto pequeno e simples sobre o seu quotidiano

UNIVERSO TEMÁTICO- Conceito utilizado na metodologia psicossocial que descreve as características do mundo que rodeia um grupo determinado de pessoas que participam num programa educativo. Este mundo caracteriza-se pelos problemas específicos da sua comunidade, suas necessidades, aspirações e carências e vocabulário ou língua que utiliza. A investigação do universo temático constitui o passo prévio para a formulação de palavras-chave utilizadas no processo de ensino/aprendizagem dentro do contexto da metodologia psicossocial

| |
|------------------------------|
| SIGLAS E ABREVIATURAS |
|------------------------------|

CNU- Comissão Nacional para a UNESCO

CONFINTEA- Conferência Internacional da UNESCO sobre Educação de Adultos

DPECCT- Direcção Provincial de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

EDIMEL- Empresa Regional de Distribuição de Material Escolar de Luanda.

EMATEB- Empresa Regional de Distribuição de Material Escolar de Benguela

EP's- Escolas Polivalentes

EPT - Educação para Todos

GOVPROV's- Governos Provinciais

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano

IGEC- Inspeção Geral de Educação e Cultura

IMN- Instituto Médio Normal

INEDA- Instituto Nacional de Educação de Adultos

INEFOP- Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional

ISCED- Instituto Superior de Ciências da Educação

LBSE- Lei de Bases do Sistema de Educação

MEC- Ministério da Educação e Cultura

MINADER- Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural

MINEDAF- Conferência da UNESCO dos Ministros da Educação de África

OGE- Orçamento Geral do Estado

ONG´s- Organizações Não-Governamentais

ONU- Organização das Nações Unidas

PIB- Produto Interno Bruto

PRC- Programa de Reabilitação Comunitária

SE- Subsistema de Ensino

TLE- Taxa Líquida de Escolarização

UAN- Universidade Agostinho Neto

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, Cultura e Ciência

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância

VMECAS- Vice-Ministra da Educação e Cultura para Acção Social

VMECEG- Vice-Ministra da Educação e Cultura para o Ensino Geral

VMECRE- Vice-Ministro da Educação e Cultura para a Reforma Educativa

INTRODUÇÃO

Como consequência da política educativa herdada do colonialismo português e dos constrangimentos de ordem político-militar e económico-social registados após a Independência Nacional e que prevalecem até ao momento, a República de Angola ainda conhece atrasos significativos no domínio educativo, sendo actualmente na África Subsaariana um dos países com as mais elevadas taxas de analfabetismo literal e de subescolarização, facto que condiciona negativamente o processo de recuperação e estabilização económica e social rumo ao desenvolvimento.

Neste contexto, o processo em curso visando a criação de condições de estabilidade macro-económica para a implementação de medidas de políticas de ajustamento estrutural, consolidação da edificação de uma sociedade democrática e de direito, recuperação sócio-económica e reconciliação nacional impõe necessariamente a adopção de políticas educativas integradas e sustentáveis que, em primeira instância, contribuam para o desenvolvimento do capital humano, redução das desigualdades sociais e para o progresso humano, onde, por conseguinte, a Educação assume um papel-chave, tendo em conta a sua dimensão, impacto e abrangência.

O presente documento foi concebido e elaborado com o objectivo fundamental de dar a conhecer as linhas características gerais e específicas (diagnóstico) e o prognóstico a curto, médio e longo prazos do Sistema de Educação, com predominância para os subsistemas, níveis e modalidades de ensino que o integram, nomeadamente: Alfabetização e Ensino de Adultos, Ensino de Base Regular, Ensino Médio (Normal e Técnico-Profissional), Ensino Superior e Formação Profissional, no sentido de se equacionar e formular medidas e acções estratégicas no âmbito da Estratégia Global para a Saída da Crise adoptada pelo Governo em 1999.

Para além da presente Estratégia responder a orientações pertinentes do Governo, a mesma enquadra-se igualmente no contexto da implementação de Recomendações de Conferências Regionais e Internacionais no domínio da Educação e que engajam o nosso País, nomeadamente, o Decénio Africano de Educação, instituído pela OUA, o Quadro de Acção do Fórum Mundial sobre Educação Para Todos e o Decénio das Nações Unidas de Alfabetização Para Todos cujos compromissos se estendem até 2015.

No âmbito da mobilização social para a implementação da presente Estratégia, o Governo considera imprescindível a participação das instituições da sociedade civil no sentido de se promover e consolidar a política de alianças tendo em vista o papel relevante e estratégico dos cidadãos na concretização dos objectivos fixados pelo Governo.

RESUMO EXECUTIVO

Em 1995 o Ministério da Educação e Cultura e algumas Agências do Sistema das Nações Unidas identificaram e formularam o Plano-Quadro Nacional de Reconstrução do Sistema Educativo para o decénio 1995-2005 de características inter-sectorial e pluridisciplinar, com o objectivo de adequar o Ensino às exigências para o desenvolvimento humano sustentável numa perspectiva de reconstrução sobre novas bases, quando mais uma vez se previa o fim do conflito armado.

Os diferentes Programas que integravam o Plano-Quadro na altura totalizavam custos indicativos na ordem de USD: 500.000.000 (quinhentos milhões de dólares norte-americanos) cuja implementação obedecia a uma estratégia de acções faseadas de conformidade com a natureza das acções e com o processo de mobilização de recursos afins.

Volvidos mais 6 anos desde a adopção daquele Plano-Quadro a quase totalidade das acções e medidas então previstas e preconizadas ainda se mantêm actuais e com maior gravidade se tivermos em linha de conta o agravamento da instabilidade político-militar e da recessão económico-financeira, que não permitem ao Governo dar resposta integral à situação actual por constrangimentos de ordem conjuntural e estrutural.

O Sistema de Educação na República de Angola é caracterizado por dois problemas fundamentais, a saber: o acesso e a qualidade, sendo mais grave a situação no domínio da educação básica e da formação média, impondo assim a urgente tomada de medidas de fundo para a inversão da actual situação, onde a taxa líquida de escolarização é inferior a 60%.

Assim, a Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação para o período de 2001-2015 constitui o instrumento de orientação estratégica do Governo da República de Angola para o Sector da Educação no sentido de direccionar, integrar e conjugar o esforço nacional na perspectiva de uma educação pública de qualidade para todos nos próximos 15 anos.

A Estratégia, na essência, resulta da redefinição pragmática do Plano-Quadro na perspectiva da necessidade de nos próximos 15 anos o Governo da República de Angola proporcionar melhorias substanciais no desenvolvimento do processo docente educativo com particular incidência para a educação básica no contexto da universalização da alfabetização de adultos e da educação primária, por constituir prioridade da acção governativa para o Sector da Educação.

A presente Estratégia, pelo seu carácter indicativo, dinâmico, orientador, estratégico e de abrangência nacional constitui igualmente documento de referência obrigatória, devendo ser interiorizado e assumido como o Guia Estratégico de Acção, devendo a sua implementação ser adequada à realidade objectiva local. A mesma está estruturada em quatro capítulos, a saber:

- A Caracterização do Sistema Educativo;
- A Estratégia de Intervenção;
- A Gestão do Sistema;
- As Conclusões e Recomendações Finais.

A caracterização (diagnóstico) do actual Sistema de Educação, aprovado em 1977 e implementado a partir de 1978, destaca os factores endógenos e exógenos que condicionam negativamente o desenvolvimento do Sistema Educativo, bem como os progressos registados ao longo dos 23 anos da sua implementação, onde se enfatiza a incidência directa da instabilidade político-militar e da recessão económico-financeira sobre o ensino.

O segundo capítulo, refere-se à Estratégia de Intervenção que traça o quadro de medidas e acções estratégicas por subsistemas, níveis e modalidades de ensino, enquadrados num horizonte temporal plurianual, onde se destacam três períodos distintos mas complementares, nomeadamente, a Emergência (2001/2002), a Estabilização (2003/2006) e finalmente a Expansão e o Desenvolvimento (2007/2015). Para cada fase, o documento aponta e define as estratégias, as medidas, as acções e os indicadores (metas e resultados) nucleares e globais previstos e esperados com a implementação desta Estratégia.

O terceiro capítulo debruça-se fundamentalmente sobre a eficácia e eficiência internas do Sistema de Educação onde se propõe a delimitação de responsabilidades operacionais de intervenção entre o poder central e o local, quer na gestão das unidades escolares, quer na mobilização e operacionalização de recursos humanos, materiais e financeiros numa lógica de desconcentração e de descentralização de responsabilidades a diferentes níveis e escalões do Sistema de Educação.

Ainda nesse capítulo enfatiza-se a gestão e a padronização dos estabelecimentos de ensino, a participação dos cidadãos no esforço do Governo e a implementação da Política de Acção Social Escolar.

O quarto e último capítulo apresenta as Conclusões e Recomendações, que apontam as acções estratégicas imediatas e de maior impacto sócio-educativo, com predominância para a urgente necessidade de se providenciar e assegurar de modo integrado e sistemático as condições humanas e materiais para a implementação da Lei de Bases do Sistema de Educação recentemente aprovada pela Assembleia Nacional na perspectiva dinâmica e evolutiva da Reforma Educativa.

As Conclusões e Recomendações enfatizam igualmente a urgência para a mobilização de recursos materiais e financeiros que propiciem e proporcionem o aumento da rede escolar da educação básica e a conseqüente melhoria gradual das condições de estudo para os educandos e educadores.

I
PARTE

Caracterização
Do
Sistema Educativo

I - CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO

1.1. - Estrutura do Sistema

Em 1977, dois anos depois da independência, Angola adopta um novo Sistema de Educação e Ensino caracterizado essencialmente por uma maior oportunidade de acesso à educação e à continuidade de estudos, pela gratuitidade do ensino e do aperfeiçoamento permanente do pessoal docente.

Em consonância com o sistema político, económico e social instaurado em 1975 foi definida a política educativa em 1977 por forma a corresponder às necessidades do País, à consolidação da Independência Nacional. Esta política é marcada essencialmente pelos princípios de igualdade de oportunidades no acesso à escola e à continuação de estudos, da gratuitidade, no seu sentido mais amplo – inicialmente nem o estudante nem o seu agregado familiar pagavam quaisquer despesas com a educação e no ensino obrigatório nem o material didáctico era pago – e a laicidade do ensino, princípios esses consubstanciados no Sistema de Educação da República de Angola, aprovado em 1977 e implementado a partir de 1978.

O Sistema de Educação compreende a estrutura de ensino seguinte:

- Ensino Geral de Base de 8 Classes, estruturado em 3 níveis, o primeiro dos quais de 4 classes (obrigatório) e cada um dos dois com duas classes, que se deveriam tornar igualmente, à medida que as condições o permitissem, obrigatórios;
- Ensino Pré-Universitário, inicialmente concebido como o “módulo de transição” entre a fase terminal do Ensino Secundário do sistema colonial e

a do novo sistema, para acesso ao Ensino Superior. Estruturado em 4 semestres lectivos, evoluiu, em 1986, para 6 semestres lectivos;

- Ensino Médio, com a duração de 4 anos e dois ramos fundamentais: o Técnico e o Normal, o primeiro destinado à formação de técnicos intermédios para o sector produtivo e o segundo destinado à formação de professores para o Ensino de Base;
- Ensino Superior, estruturado em Faculdades, com a duração de 5/6 anos, prevendo-se a existência de dois níveis de formação, solução implementada apenas a nível do Instituto Superior de Ciências da Educação. Esta, a “organização vertical” do Sistema.

Horizontalmente, o Sistema de Educação organiza-se em Subsistemas: o do Ensino de Base, com duas estruturas de formação (Regular e de Adultos); o do Ensino Técnico-Profissional, que compreendia o Ensino Médio Técnico e a Formação Profissional, e o Subsistema do Ensino Superior.

Particular importância foi dada no desenvolvimento do Sistema Educativo à estrutura de Formação de Professores e ao Ensino de Adultos, que evoluíram para Subsistemas de Ensino.

1.2 – Alfabetização e Ensino de Adultos

1.2.1 – Contexto Geral

O Subsistema da Educação de Adultos tem como vocação, tarefa e objectivos nucleares a recuperação do atraso escolar através do desencadeamento de processos educativos formais, não-formais e informais nos domínios da erradicação do analfabetismo e consequentemente da elevação do nível educativo e instrutivo da população economicamente activa, constituindo a alfabetização e a pós-alfabetização a prioridade no contexto da universalização da educação básica obrigatória.

Para prossecução das tarefas e objectivos deste Subsistema, o mesmo estrutura-se em dois eixos principais, a saber:

- ❑ Formação de Base - Integrando acções orientadas para a aquisição de competências de leitura, escrita, interpretação e cálculo, bem como para a satisfação das necessidades pessoais e sociais, pelo que as acções a desenvolver poderão ter como finalidade a Alfabetização em sentido estrito, por forma a permitir o acesso a conhecimentos e competências, só possível através de uma educação de base que não se circunscreve à leitura e à escrita;
- ❑ Projectos de Animação Social e Desenvolvimento Comunitário - Que representa um eixo privilegiado do envolvimento e da mobilização de grupos sociais de base local, numa dinâmica de resolução de problemas comunitários e de concretização de projectos próprios.

Assim, o Subsistema da Educação de Adultos compreende a Alfabetização e a Pós-Alfabetização (Educação Primária de Adultos), o Ensino de Adultos (II e III Níveis) e

integra as modalidades das Escolas Polivalentes (educação básica e formação pelo trabalho de adolescentes e jovens com atraso escolar), Autodidactismo e Educação Especial de Adultos (pessoas com necessidades educativas especiais). Actualmente (Agosto 2001) o Subsistema da Educação de Adultos enquadra cerca de 1.341.571 discentes, distribuídos do seguinte modo:

- Alfabetização – 757.000 a estudar em todo o País;
- Pós-Alfabetização – 357.987;
- Autodidactismo (regime experimental) – 543;
- Ensino de Adultos (II e III níveis) – 224.765;
- Escolas Polivalentes (Benguela, Namibe e Luanda) – 1.276;

O Subsistema da Educação de Adultos é fundamentalmente caracterizado por três problemas, a saber: o limitado acesso às oportunidades educativas, a baixa qualidade e finalmente os elevados custos da expansão do acesso e da melhoria da qualidade.

Pelas suas características e objectivos, o Subsistema da Educação de Adultos, particularmente nos domínios da alfabetização e pós-alfabetização, é realizado na base da política de alianças consubstanciada no estabelecimento de parcerias com instituições públicas, empresas e organizações representativas da sociedade civil, com destaque para as Igrejas e ONG's, o que exige do Estado mecanismos expeditos, sérios e credíveis de apoio, acompanhamento e avaliação de modo sistemático, tendo para o efeito sido realizada a formação de metodólogos para alfabetização e educação de adultos.

O Ensino de Adultos (II e III Níveis) é maioritariamente realizado nos períodos vespertino e nocturno em estabelecimentos públicos do Ensino Regular, sendo a sua capacidade actual de enquadramento muito aquém do normal, devido a problemas de iluminação eléctrica na maior parte das províncias agravado com o facto de em muitas províncias conceder-se prioridade para o período nocturno às crianças do ensino regular que, em consequência da explosão escolar, não podem ser enquadradas no período diurno.

Em termos de docência, o Subsistema da Educação de Adultos sobrevive da colaboração docente quer na pós-alfabetização, quer no II e III níveis, não tendo professores específicos, estendendo-se igualmente essa situação ao processo de alfabetização devido às suas características de amplo movimento sócio-educativo. As habilitações literárias médias dos docentes da Educação de Adultos é a oitava classe no meio urbano, a sexta classe nas áreas peri-urbanas e a quarta classe no meio rural.

O Subsistema da Educação de Adultos devido à sua juventude e porque não emana da política educativa herdada do colonialismo, ainda não dispõe de manuais escolares específicos à excepção da alfabetização em língua portuguesa. Está em curso o processo de identificação de um pacote financeiro com recurso ao OGE para impressão gráfica no País dos primeiros manuais em língua portuguesa e línguas nacionais (kimbundu, umbudu, kikongo, fiote, nganguela, nyaneca-humbi, tchokwé e kwanyama, permitindo

assim a expansão e generalização da alfabetização e da pós-alfabetização.

Os estudos e pesquisas em curso e disponíveis revelam um Subsistema com um fraco rendimento e um elevado nível de desperdício escolar, caracterizado por um grande número de abandono (20%), reprovação (25%) e repetência (15%).

Foi criada uma única estrutura pública no âmbito do MEC para regência da política nacional da educação de adultos em consequência da fusão orgânica do ex-Instituto Nacional da Educação de Alfabetização com a ex-Direcção Nacional da Educação de Adultos que resultou na criação do Instituto Nacional da Educação de Adultos (INEDA), aumentando e melhorando-se a sinergia entre os programas da alfabetização com os do ensino de adultos.

1.2.2 – Revitalização da Alfabetização e Pós-alfabetização

Desde 8 de Setembro de 1997 a esta parte, o Ministério da Educação e Cultura, tem vindo a implementar com sucesso à escala nacional, a nova estratégia nacional da alfabetização e o processo de reorganização da educação de adultos, assente na política de alianças, consubstanciada na participação, comparticipação e responsabilização dos parceiros sociais.

Desencadeou-se o Relançamento do Programa Nacional da Alfabetização dentro do princípio da gestão por objectivos, de modo localizado e dirigido, com ampla participação das instituições representativas da sociedade civil, públicas, privadas, nomeadamente: igrejas, ONG's, sindicatos, fundações, forças armadas angolanas, empresas, instituições públicas, organizações partidárias, sendo a mulher o alvo principal.

Para além da alfabetização em língua portuguesa e em línguas nacionais, está igualmente em curso o processo de alfabetização para pessoas com necessidades educativas especiais, com destaque para cegos e pessoas portadoras de deficiências físicas diversas, sendo a prioridade para os antigos combatentes e veteranos de guerra.

Foi igualmente repensada a política e a estratégia da alfabetização e da educação básica de adultos à luz da nova realidade política, económica e social, tendo o Estado deixado de ser o principal protagonista, isto é fazer tudo por todos, remetendo-se ao papel de reitor, de orientador, de formador de formadores, de promotor, de regulador, de catalisador, de fomento, de desenvolvimento, de fiscalizador e de o único certificador de conhecimentos (emissão de certificados).

A estratégia global em termos de (acessibilidade) atendimento e enquadramento é co-responsabilizar os empregadores e os tutores de pessoas analfabetas em idade economicamente activa a providenciar e assegurar as condições mínimas para abertura de aulas da alfabetização e da pós-alfabetização, porque no imediato e a curto prazo não existirão disponibilidades em infra-estruturas públicas escolares para satisfação das necessidades globais. O rácio alfabetizador / alfabetizando é de 1/25 (média nacional).

Fruto da política de alianças com as instituições públicas, privadas e organizações representativas da sociedade civil, actualmente o programa nacional da alfabetização é realizado maioritariamente por parceiros sociais, com destaque para as confissões

religiosas, representando esse esforço cerca de 70%, remetendo-se o Estado ao papel de reitor, promotor, coordenador, certificador de conhecimentos e de formação de formadores.

As elevadas taxas de analfabetismo são um dos mais sérios desafios que o País enfrenta. O facto de, em Angola, uma grande proporção de mulheres serem analfabetas, tem implicações particularmente graves no bem-estar das famílias, sendo por conseguinte uma das principais barreiras para sua ascensão sócio-económica. O elevado índice de analfabetismo sobre as mulheres limita seriamente as perspectivas de educação para muitas crianças e reprodução humana, nutrição, água, saneamento e ambiente, que estão entre as principais causas da morbilidade e das taxas de mortalidade materno-infantil.

O índice percentual global de analfabetismo literal é actualmente estimado em 60%, sendo 50% para homens e 70% para as mulheres.

Devido ao fenómeno da explosão escolar que se regista desde os primórdios da Independência Nacional e porque o acesso ao ensino é muito limitado por carência de infra-estruturas, muitas crianças não frequentaram nem concluíram a educação regular, tendo por consequência transitado para o Subsistema da Educação de Adultos. Assim, a frequência é maioritariamente de adolescentes e jovens representando 56%.

Desde 22 de Novembro de 1976 (início da Campanha Nacional da Alfabetização) até 31 de Dezembro de 2000, foram alfabetizados em todo o País, 2.827.279 cidadãos, dos quais cerca de 48% são mulheres. Desse efectivo alfabetizado, estima-se que cerca de 45% terá regressado ao analfabetismo, dos quais maioritariamente mulheres e raparigas devido a:

- ❑ a generalização da instabilidade político-militar que provocou o movimento migratório das populações em busca de segurança e sobrevivência e o consequente impedimento de equipas de alfabetizadores a muitas áreas rurais onde o analfabetismo é mais intenso;
- ❑ a recessão económico-financeira e a inadaptação às transformações políticas, económicas e sociais, consubstanciadas na adopção do multipartidarismo e da economia do mercado, estando na origem do desaparecimento do espírito de voluntariado no qual o programa da alfabetização se tinha baseado;
- ❑ metodologias de ensino desajustadas à psicologia de aprendizagem do adulto (muito formais e académicos);
- ❑ fraca pertinência social dos conteúdos educativos e sem relação proporcionalmente directa com a vida sócio-económica e profissional dos grupos-alvo (sem expressão funcional);
- ❑ débil expansão e generalização da alfabetização em línguas nacionais, particularmente no meio rural;
- ❑ ausência da pós-alfabetização em línguas nacionais;
- ❑ atenção insuficiente à pós-alfabetização, como etapa de consolidação da alfabetização, particularmente no meio rural, onde os materiais de leitura são

escassos ou inexistentes.

Devido aos constrangimentos no acesso ao ensino, o analfabetismo é muito mais elevado nas áreas rurais do que nas cidades e nas províncias mais desfavorecidas do interior em comparação com as do litoral. As províncias que mais se têm destacado no esforço nacional do combate ao analfabetismo são: Luanda, Benguela, Huíla e Cabinda e as que se encontram abaixo da média são: Bengo, Kuando Kubango, Moxico, Bié, Lundas Norte e Sul, Zaire e Cunene.

1.2.3 – Escolas Polivalentes

No âmbito da Estratégia da Erradicação do Analfabetismo Literal e Funcional no meio Rural e do Estancamento do êxodo Rural, a 3 de Junho de 1978 começaram a funcionar as Escolas Provisórias inspiradas na experiência das Escolas do MPLA durante a Luta de Libertação Nacional, actualmente Escolas Polivalentes (Despacho n°13/91 do Ministro da Educação).

Localizam-se preferencialmente no meio rural, tendo para o efeito sido restauradas e ocupadas ao abrigo da Lei n°4/75 (Nacionalização dos Estabelecimentos de Ensino), fazendas, colónias de povoamento, internatos, casas dos rapazes e escolas de missões religiosas, particularmente Católicas.

São de vocação agrária, industrial e piscatória, funcionando em regime de internato e de semi-internato, albergando no seu seio crianças e adolescentes dos 12 aos 16 anos de idade de ambos os sexos, que por razões político - militares e sócio- económicas não puderam concluir em tempo útil a escolaridade básico - obrigatória.

Os conteúdos escolares estão baseados na da estrutura da Educação de Adultos (I, II, e III Níveis da Educação de Adultos), integrando uma parte de aprendizagem literal e outra profissional, no âmbito do cumprimento do princípio da educação pelo trabalho, em três vertentes: pedagógico, social e económico.

Até Dezembro de 1982, essas Escolas chegaram nominalmente a 23 unidades, implantadas em 15 das 18 províncias (excepto Cabinda, Cunene, e Cuando Cubango) do País, sendo na sua maioria de vocação rural, acolhendo no total mais de 6.000 alunos enquadrados por cerca de 200 professores, com um rácio aproximado de 1 professor para 30 alunos e com apoio de cerca de 700 trabalhadores de apoio nas mais diversas categorias sócio-profissionais.

Por razões técnico-materiais as províncias de Cabinda, do Cunene e do Cuando Cubango, são as únicas que nunca conheceram as experiências dessas Escolas .

As restantes foram destruídas pela acção directa da guerra (60%), restituídas aos seus antigos proprietários (25%) , encerradas por carências técnico- materiais (5%) e em funcionamento (10%).

Muitos são os quadros que essas instituições escolares forneceram à sociedade, destacando-se: construtores civis, electricistas, mecânicos, tradutores e intérpretes, gestores hoteleiros, técnicos de agro-pecuária, de mecanização agrícola, oficiais

especialistas das Forças Armadas, professores, tendo beneficiado de especialização técnico-profissional básica e média em Cabinda, no Lobito, no Lubango, no Huambo, no Namibe, em Portugal, consultoria técnica, realização de acções de superação e actualização de docentes e gestores fora e dentro do País, nomeadamente: Cuba (Escolas de Campo, Havana e Ilha da Juventude, em 1984); Itália (Centro Studi Agricoli, em Lucca, 1983); Kuima (ex- Escola Provisória Comandante Gika, Kwanza- Sul, 1980), Bibala (ex-Escola Provisória Comandante Vidigal, Namibe, 1981); Tchivinguiro (ex-Escola Provisória Dr. Agostinho Neto, Huila, 1982).

O fornecimento de bens de equipamento diversos tais como: roupas, alimento, medicamentos, materiais de construção, etc. foi feito através quer de agencias especializadas do Sistema das Nações Unidas, quer de agências bilaterais, multilaterais e ONG'S internacionais designadamente:

- ❑ UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Cultura e Ciência);
- ❑ UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância);
- ❑ PAM (Programa Alimentar Mundial);
- ❑ OMS (Organização Mundial da Saúde);
- ❑ FAO (Fundo das Nações Unidas Para Agricultura e Alimentação);
- ❑ ASDI (Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional);
- ❑ FEM (Fundação Eduardo Mondlane- Holanda);
- ❑ SOCSOL/B (Solidariedade Socialista da Belgica);
- ❑ OXFAM (Bélgica);
- ❑ OXFAM (Inglaterra);
- ❑ ADPP (Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo);
- ❑ CONOCO (Empresa Petrolífera Norte- Americana);
- ❑ DEVELOPMENT WORKSHOP (Canadá).

Pesem as vicissitudes e as contrariedades de índole diversa a que as mesmas estiveram sujeitas ao longo desses anos, podemos concluir que, em termos de resultados sócio-educativos, elas situaram-se no plano positivo. O contributo emprestado por estas Escolas à consolidação da Unidade Nacional consubstanciou-se no :

- ❑ Processo de encaminhamento nacional de adolescentes de uma Província para a outra;
- ❑ Intercâmbio sócio-escolar, permitindo que alunos do interior gozassem férias em escolas do litoral e vice-versa; alunos de Escolas de Vocação Agrária intercambiassem experiências com colegas seus de Escolas de vocação industrial;
- ❑ Equilíbrio económico e auto-suficiência alimentar alcançados por muitas delas, das quais destacamos a experiência do Katofe/Cwanza- Sul (então a maior Escola Polivalente do País), do Kuima- Huambo e a da Bibala- Namibe (várias vezes outorgada com o prémio de destacada e de vanguarda), permitindo finalmente que essas Escolas se assumissem com um projecto de importância estratégica e em inovação permanente.

Outro aspecto digno de realce é o facto de muitos estudantes angolanos bolseiros universitários se terem debruçado nas suas monografias (licenciatura) e teses (pós-graduação) sobre as experiências dessas escolas, tendo muito deles se deslocado ao País

em busca de referências dessas experiências.

1.3. - O Ensino de Base

O Ensino de Base está estruturado em (3) três níveis de ensino e 8 classes sendo: o I Nível da 1ª à 4ª classe tendo como limites etários os 6 e 9 anos; o II Nível com duas classes (5ª e 6ª) tendo como limites etários os 10 e 12 anos; e o III Nível com duas classes (7ª e 8ª) tendo como limites etários os 13 e 15 anos.

Este subsistema tem como objectivo geral a formação integral do cidadão, através de uma série de conhecimentos gerais preparando o jovem para a continuação da sua formação a nível médio e superior ou permitir a aquisição de habilidades e saberes que lhe permitam a inserção na vida activa. Este subsistema tem ainda uma classe de iniciação com o objectivo de adaptar a criança à escola antes do ingresso na 1ª classe.

1.3.1. - A classe de Iniciação

A classe de Iniciação ocupava em 1998, cerca de 13,7% dos alunos matriculados do Ensino de Base Regular. Destes alunos, a maioria 54,9% pertencia ao sexo masculino.

A participação do sexo feminino permanece inferior aos rapazes em quase todas as províncias com excepção da Província de Cunene onde se regista um equilíbrio de escolarização.

Se tivermos em conta as estimativas da população do Instituto Nacional de Estatística, verifica-se em 1998 uma taxa bruta de escolarização de 80,0%. Das províncias com maiores taxas de escolarização, salientam-se as províncias de Cunene, Moxico, Benguela e Huíla.

Nas três últimas províncias, as taxas brutas de escolarização são superiores à 100%, o que demonstra claramente a inscrição nesta classe de alunos com mais de 5 anos. Pelo contrário, as restantes províncias apresentam taxas inferiores à média nacional (80,0%).

A proporção dos inscritos nesta classe é significativa sobretudo nas províncias da Huíla, Benguela, Huambo e Uíge onde o número dos inscritos é geralmente superior a dois terços do total.

Em muitas escolas observa-se repetentes, o que demonstra a inadequação dos métodos e a falta de esclarecimento sobre os objectivos desta fase de preparação e de motivação para a escolaridade regular.

A agravar esta situação, regista-se o facto das classes de Iniciação utilizarem as instalações e os professores destinados ao I Nível do Ensino de Base Regular.

Se por um lado, a presença destes alunos contribui para a saturação das instalações e para o funcionamento de muitas escolas em regime triplo, por outro lado, a maioria dos professores utiliza com eles métodos e práticas pedagógicas semelhantes aos utilizados no Ensino Primário.

Nalgumas províncias como Luanda e outras a prioridade é dada ao Ensino do I Nível para a utilização das limitadas salas de aulas da Iniciação.

Constatações

Esta classe fundamental para a habituação e preparação da criança para a frequência da 1ª classe debate-se com problemas de escassez de infra-estruturas próprias e adequadas, daí a baixa taxa de escolarização líquida; regista-se a matrícula nesta classe de crianças com mais de 5 anos de idade, que é a idade limite; falta de professores qualificados; e adopção de métodos e práticas pedagógicas inadequados (reprovação).

1.3.2. - O I Nível do Ensino de Base Regular

O I Nível de escolaridade ocupava em 1998 cerca de 73% do total dos alunos matriculados no Ensino de Base Regular. É constituído pelas 4 primeiras classes. Verificou-se a nível nacional que a taxa bruta de escolarização era de 79,4% da população estimada para a faixa etária dos 6 aos 9 anos.

De classe para classe, o número de alunos baixa abruptamente. Como resultado, 38,1% do total de alunos do I Nível estão matriculados na 1ª classe, enquanto que na 4ª classe, essa proporção atinge os 12,2%.

Por província, nota-se que as províncias de Luanda, Benguela e Huíla, só por si, contaram com 51% das matrículas no I Nível de Ensino de Base Regular. Tendo em conta que esta cifra não inclui as matrículas nas escolas privadas que estão legalizadas quase inteiramente nestas províncias (principalmente em Luanda), a concentração nessas províncias é marcante. A província de Luanda controla cerca de 91% das matrículas do Ensino Particular a nível nacional.

Por sexo, em cada 100 alunos matriculados, 54 são rapazes e 46 são raparigas. Esses indicadores mostram que as raparigas estão em desvantagem em relação aos rapazes. Contudo, a predominância do sexo feminino é evidente nas províncias de Luanda e Cunene atingindo percentagem rodando os 52%.

Baseando nas estimativas do Instituto Nacional de Estatística sobre a população angolana por idade, pode-se deduzir que a taxa bruta de escolarização para as primeiras quatro classes de Ensino de Base Regular, calculada na base do grupo etário dos seis aos nove anos, era de 79,4%. A este respeito, é de assinalar que a taxa líquida de escolarização era de 55% significativamente abaixo da média de África Sub-Sahariana (60%).

A nível das províncias, as taxas brutas de escolarização foram calculadas com base nas estimativas do Instituto Nacional de Estatística. Assim registam-se situações diferenciadas, variando a taxa bruta de escolarização com valores superiores à média nacional (79,4%) nas províncias de Lunda-Sul, Cunene, Huíla, Cabinda, Luanda, Kwanza-Sul, Benguela, Namibe e Bengo. Nessas últimas sete províncias, os valores obtidos são superiores a 100% devido à presença dum número importante de alunos matriculados fora da idade oficial. Portanto, nas restantes províncias os valores obtidos não ultrapassam a média nacional. Nas províncias mais afectadas pela guerra as taxas não chegam aos 25%, tais como Bié e Malange.

A baixa taxa de escolarização na idade de 6 anos é sinal do ingresso tardio no sistema. Dos 332.309 alunos que no ano lectivo 1998, ingressaram pela primeira vez na 1ª classe, apenas cerca de 44,2% o fizeram com 6 anos.

Da análise efectuada, constata-se que a posição relativa das províncias em termos populacionais nem sempre corresponde à sua importância ao nível de ensino. Apenas Luanda ocupa o primeiro lugar, tanto em número de habitantes na faixa etária dos seis aos nove anos como em número dos inscritos no I Nível.

A província da Huíla, que ocupa a sexta posição em número de habitantes, é a segunda província com o maior número de alunos matriculados no I Nível do Ensino de Base Regular.

1.3.3 - Corpo Docente (I Nível)

Para o enquadramento dos alunos da classe de Iniciação e I Nível registaram-se cerca de 42.135 docentes.

Um dos aspectos que merece destaque quanto ao corpo docente do ensino do I Nível é a formação académica. A formação mínima exigida para o exercício no I Nível nem sempre é observada quando se exige como habilitação própria o curso médio normal.

Em Luanda, dos 6.413 docentes existentes, 50,2% não possuem as habilitações adequadas. Aqui, predominam os professores do sexo feminino (28,5%).

Na província da Huíla (província com maior número de docentes-7009), a percentagem de docentes sem habilitações académicas convenientes totaliza 93,0%. Destes, 44% são mulheres.

Enquanto em Cabinda, a proporção de docentes do I Nível sem habilitações convenientes atinge 87,7% do total, no Kuando-Kubango a situação é de longe alarmante, pois dos cerca de 421 professores nenhum está habilitado a leccionar no I Nível.

1.3.4 – Infra-Estruturas Físicas (Escolas – Salas de aulas)

Os dados estatísticos compilados sobre a rede escolar são ainda mais escassos, limitando-se ao número de salas de aulas utilizadas pelos alunos.

No ano lectivo de 1998, a média nacional do rácio alunos/professor era de 42. A média nacional esconde diferenças importantes, que denotam a existência de disparidades assinaláveis. É possível encontrar nas zonas urbanas um professor à frente de 70 alunos.

A situação das salas de aulas no País é lamentável sobretudo no I Nível de Ensino de Base Regular, onde a oferta educativa é inferior à procura, podendo estimar-se que apenas um em cada dois candidatos à inscrição na 1ª classe consegue lugar nos estabelecimentos de ensino existentes.

Por outro lado, a utilização dos equipamentos, as enormes carências que afectam o sistema escolar e a inexistência de uma manutenção permanente e eficaz dos edifícios,

conduziram a uma degradação acentuada da maioria dos estabelecimentos de ensino do I Nível e conseqüentemente provocou o aumento da relação alunos/salas de aula na maioria das províncias (acima de 40 alunos).

Nestas condições, o processo de ensino-aprendizagem terá necessariamente de se ressentir com evidentes prejuízos para o rendimento escolar.

1.3.5 - Eficácia (Rendimento Escolar – I Nível)

De acordo com os dados consolidados de onze províncias, no ano lectivo 1998/99 cerca de 27% dos alunos matriculados no I Nível abandonaram a escola ao longo do ano escolar, 26,8% reprovaram nos exames finais e apenas 46,7% aprovaram. Os alunos que abandonaram a escola no decurso do ano lectivo, ou os que reprovaram nos exames podem não se matricular no ano seguinte devido à falta de vagas, circunstâncias familiares ou outros factores.

Para se obter uma imagem mais completa sobre a eficácia do sistema educativo, é necessário analisar o fluxo de alunos de um ano para o outro: alguns não se matriculam mais (abandono), alguns repetem a mesma classe (repetência) e alguns passam para a classe seguinte (promoção). Na base destas taxas, é também possível calcular “taxas de sobrevivência”: a percentagem de alunos que, começando na 1ª classe dum determinado nível / ano, acabarão por atingir uma classe mais avançada, previamente especificada.

Partindo das taxas de rendimento escolar de 1998, constatamos que a taxa de promoção é inferior a 50%, com excepção da 3ª classe que regista uma taxa de 50,4%.

As taxas de repetência e abandono são bastante elevadas, acima de 20% em todas as classes do I Nível. Conseqüentemente, esses indicadores implicam taxas de sobrevivência muito baixas. De cada 1.000 alunos que ingressam na 1ª classe cerca de 27,0% atingem a 4ª classe. Assim, a retenção é pois extremamente baixa comparado com a média da África Sub-Sahariana, onde 71% dos alunos sobrevivem até à 4ª classe.

1.3.6. - Ensino do II e III Níveis de Ensino de Base Regular

O Ensino do II e III Níveis corresponde ao 1º Ciclo do Ensino secundário geral conforme o manual de classificação internacional tipo de educação da UNESCO. Este tipo de ensino é oficialmente destinado às crianças na faixa etária dos 10 aos 13 anos, com a duração de quatro anos. Com efeito, registava-se uma taxa bruta de escolarização de 16,9%.

A taxa bruta de escolarização acima referida revela que a nossa capacidade era insuficiente para atender toda a procura educativa deste nível. Por sexo, os rapazes são privilegiados: registou-se uma taxa de 20,6% contra 17,6% das meninas. A diferença de 3% entre as taxas brutas do sexo masculino e feminino mostrava como no I Nível as disparidades do género são significativamente menores.

A maior taxa era registada na província de Luanda e a taxa mais baixa na província do Kuando-Kubango, criando um intervalo que oscila em todas as províncias entre 61,8% e 6,5%. A diferença entre as duas taxas mostrava que as disparidades geográficas eram significativas.

1.3.6.1 - Corpo Docente (II e III Níveis)

Para os 237.475 alunos matriculados no 1º Ciclo do Ensino Secundário Geral (II e III Níveis) em 1998 existiam cerca de 11.391 docentes cuja maioria (62,9%) pertencia ao Ensino do II Nível.

Segundo as habilitação dos professores deste ciclo, melhores do que as registadas para o Ensino do I Nível (Primário), existem nalgumas províncias grandes insuficiências que será necessário colmatar a curto prazo.

Em províncias tão importantes como Kwanza-Norte, Huíla e Kuando-Kubango, a maioria dos docentes tem as habilitações correspondentes ao III Nível, inferior ao desejado (curso médio normal) para leccionar no II Nível. No III Nível, mais de 50% dos docentes aparecem com curso médio e superior.

1.3.6.2 - Infra-Estruturas (Escolas – Salas de aula)

Totalizando 2.226 salas de aula para o II Nível e 933 para o III Nível, a rede escolar dos II e III Níveis tem uma utilização mais intensiva a nível nacional de que a rede do I Nível. Com efeito, a relação alunos/sala de aula era em média de 71 no II Nível e 84 no III Nível funcionando em dois turnos diários.

Se a maioria dos edifícios se destina apenas ao II Nível e ao III Níveis de Ensino de Base Regular, outros há que albergam em simultâneo alunos dos II e III Níveis ou dos I, II e III Níveis. O número de carteiras é insuficiente e a degradação desses edifícios é preocupante.

1.3.6.3 - Eficácia (Rendimento Escolar)

Quanto ao rendimento escolar, a taxa de promoção era inferior a 50% nas 5ª e 6ª classes e à medida que se avança na 8ª classe, a taxa oscila à volta de 55,9%.

1.4.- Ensino Técnico-Profissional

O Ensino médio (normal e Técnico-Profissional) constitui o subsistema de Ensino Técnico Profissional, bem como as escolas técnicas profissionais, e tem como objectivo a formação da mão-de-obra qualificada e de técnicos de nível médio de que o País necessita para o seu desenvolvimento económico e social.

O Ensino Médio tem a duração de 4 anos (9ª., 10ª, 11ª e 12ª. classes) e tem duas modalidades. Uma, denominada normal, que tem como objectivo a formação de professores para os 1º. e 2º. Níveis de Ensino de Base (1ª. à 6ª classe). Este tipo de ensino é feito em instituições denominadas Institutos Médios Normais (IMN).

A segunda modalidade de Ensino Médio, o Ensino Médio Técnico, tem como objectivo a formação de técnicos de nível médio (técnico intermédio entre o técnico superior e o trabalhador qualificado) para os seguintes ramos e/ou especialidades: Indústria, Agricultura, Saúde, Petróleos, Pescas, Administração e Serviços, Telecomunicações, Serviços Sociais, também com a duração de 4 anos (9ª., 10ª., 11ª., e 12ª. Classes).

Este tipo de ensino é feito em instituições de ensino denominadas Institutos Médio Técnico. Estes níveis de ensino têm como limites etários os 14 e 18 anos de idade. Este nível de ensino regista uma taxa de escolarização bruta muito baixa, cerca de 5%.

1.4.1. - O Ensino Médio Técnico

No ano lectivo 1998/99 estavam matriculados no Ensino Médio Técnico 23.119 alunos: 8.635 na 9ª. classe; 6.550 na 10ª classe; 4.839 na 11ª classe; e 3.095 na 12ª. classe dos seguintes ramos: Económico; Industrial; Saúde; Agrário; e Especializados (Jornalismo, IGCA – Área Social; Pescas; Petróleos; Educadores Sociais; e INFAC – Formação Artística Cultural).

No ano lectivo 1998/99 concluíram nos diversos ramos do Ensino Médio Técnico 2.048 alunos, quando estavam matriculados na 9ª. Classe (1º. Ano dos cursos) 8.635 alunos. Neste nível e subsistema de ensino a eficácia é semelhante à do Ensino de Base Regular, verificando-se um rácio de 1 diplomado por cada 4 alunos matriculados na 9ª. Classe.

Como se pode constatar através destes dados referentes aos últimos cinco (5) anos, à actual taxa de escolarização ou cobertura do Ensino Médio de 5%, e através do número de alunos (jovens) que todos os anos ficam sem possibilidade de prosseguir os seus estudos e formação, (ao longo destes últimos (5) anos este número eleva-se a mais de 100.000, e são jovens nas faixas etárias compreendidas entre os 13 e 17 anos de idade), conclui-se que a actual rede do Ensino Técnico é insuficiente, não dá resposta às necessidades do País.

Esta situação, para além de criar sérios e graves problemas sociais, compromete seriamente o desenvolvimento tecnológico, económico e social do País a curto, médio e longo prazos, comprometendo-se de forma grave a valorização dos recursos humanos nacionais e colocando o País sempre na dependência técnica exterior.

Referindo-nos concretamente ao ramo industrial e aos cursos ligados à actividade industrial (electricidade, electrónica, mecânica, construção civil e telecomunicações) que devem constituir a nossa prioridade, pois abrangem uma ampla série de sectores e actividades, o número total de alunos matriculados no ano lectivo passado (2000) foi apenas de 7.250, nos Institutos especializados 1250 (Pescas 415, Petróleos 835) e no ramo Agrário 1.204.

Nestes últimos cinco anos o Ensino Técnica Profissional formou no total 7.671 técnicos, a uma média anual de 1.534/ano para todos os ramos e especialidades, a saber: Ramo Económico – 3.000; Indústria – 1.252; Saúde – 2.516; Agrário – 341; Especializado (Pescas, Petróleos e Assistência Social) – 562.

A agravar ainda mais esta situação, a base técnico material de ensino (equipamentos e meios de ensino) actual, ou não existe, ou se existe é insuficiente e na maioria dos casos obsoleta, logo, em nada contribui para a formação técnica dos alunos.

Para além destes factores exógenos ao processo, existem factores endógenos, ligados ao currículo dos actuais cursos, aos planos de estudo e formação e aos conteúdos programáticos das disciplinas curriculares que tornam os actuais cursos em vigor no

Ensino Médio Técnico demasiado teóricos, distantes das profissões, distanciados da realidade laboral, que dificultam a inserção dos recém-formados na vida profissional. Para além destes factores, o índice de rentabilidade deste nível de ensino é muito baixo (cerca de 42%) o que limita os fluxos de saída dos alunos, reduzindo a capacidade de absorção de alunos neste nível de ensino.

Por último, face às condições salariais e de trabalho actuais do nosso sistema de ensino, a qualidade do corpo docente do Ensino Técnico Profissional é baixa, e aqui o problema coloca-se com maior acuidade pois o profissional da área prefere desenvolver a sua actividade no ramo privado do que optar pela carreira docente.

1.4.2. O Ensino Médio Normal (Formação de Professores)

O sistema de formação de professores realiza-se actualmente através de dois regimes sendo um de Formação Inicial e outro de Formação Contínua, isto é, em serviço.

A formação para o Ensino Primário é assegurada pelos cursos básicos de formação docente, cujos candidatos ingressam com a 6ª classe e tem uma duração de dois anos, e pelos Institutos Médios Normais, com a duração de quatro anos após a 8ª classe, sendo a maioria dos formados nestas instituições absorvida para a docência nos Actuais II e III Níveis de Ensino de Base.

No Ensino Médio Normal ainda não dispomos de dados de diplomados, contudo podemos salientar registaram-se apenas na 12ª classe 1.931 finalistas quando no 1º ano estavam matriculados 7.135 alunos, o que dá um rácio de 27 finalistas para 100 alunos.

Na caracterização de Ensino Médio Normal e para uma melhor compreensão dos constrangimentos com que o mesmo se confronta, é pertinente que se tomem em consideração dois elementos de referência, sendo, nomeadamente, a implantação dos Institutos Médios Normais (IMN) em termos de rede escolar e o modelo de formação adoptado dos mesmos.

Quanto ao primeiro aspecto, é importante referir que até ao ano de 1990, em nove províncias, algumas das quais de maior densidade populacional estudantil nessa época (Luanda, Benguela, Huambo, Huíla, Malange, Uíge, Bié, Kwanza-Norte e Namibe), os Institutos Médios Normais funcionavam em instalações que à data da proclamação da independência eram propriedade da Igreja Católica, tendo passado à tutela do Estado por força da Lei da Nacionalização do Ensino.

Com o princípio da devolução de tais infra-estruturas à Igreja acordado em 1990 e a que não correspondeu qualquer investimento para reposição da capacidade até então existente, a problemática da rede dos IMN agravou-se e as soluções ou medidas alternativas encontradas têm sido, em muitos casos, de carácter extremamente precário.

Apesar disso, de 1990 a esta data, verificou-se a criação de novos Institutos Médios Normais, instalados em edifícios adaptados ou em escolas de Ensino Secundário já existentes, o que de certo modo se ficou a dever à pressão manifestada pela crescente procura de acesso ao Ensino Médio.

Essa pressão desenfreada contribuiu para descaracterizar de forma ainda mais acentuada o ideário e projecto pedagógico iniciais dos Institutos Médios Normais, transformando-os em escolas de “quadro e giz”, cujos cursos nem sempre correspondem às expectativas sócio profissionais da maioria dos seus alunos e que fazem deles apenas uma via alternativa de prosseguimento de estudos para acesso ao Ensino Superior nas diversas faculdades da UAN.

Quanto ao segundo aspecto (modelo de formação), o perfil de Técnico Médio de Ensino estabelecido na reformulação do SEE (1977) tinha como pressuposto assegurar uma preparação em, simultâneo, para a docência no I Nível e para uma ou duas disciplinas do II ou III Níveis do Ensino de Base.

Na prática a maioria dos recém- formados (mesmo de entre aqueles que ao ingressarem nos IMN já leccionavam no I Nível) foi optando pela docência no II e III Níveis, não tendo, assim, havido um aumento qualitativo no efectivo docente do Ensino Primário, que constitui a base da pirâmide da estrutura escolar do Sistema.

Entretanto, um dos aspectos mais críticos do modelo de formação adoptado nos Institutos Médios Normais consiste naquilo que o exame sectorial da Educação (1993) qualificou de “excessiva rigidez, uniformidade e duração dos planos de estudos face à diversidade de formações, experiências e capacidades dos formandos, com repercussão na morosidade de alguns processos de formação e no aumento dos seus encargos financeiros” e no que o mesmo estudo refere como “elevado peso de carga horária de formação geral e excessiva proliferação do número de disciplinas coincidente com a inexistência de instalações e equipamentos para as disciplinas de índole prática e experimental”.

No quadro de uma formação por objectivos, direccionada para a carreira e com forte incidência no desenvolvimento de competências profissionais, visando uma formação verdadeiramente profissionalizante, foi concebida e instalada uma escola protótipo, em Luanda, no quadro da execução do Primeiro Projecto de Educação com o Banco Mundial, vocacionada para cursos de Magistério Primário, tendo esse modelo de referência para escolas de formação de professores de um Ensino Primário unificado de 6 classes dado origem a uma segunda unidade implantada na cidade de Benguela.

A par disso um modelo alternativo de formação de professores de nível médio e especialmente preparados para trabalharem em comunidades rurais, foi adoptado e vem sendo desenvolvido com a criação das “Escolas de Professores do Futuro” (EPF) num programa de parceria do MEC com a ADPP.

Concluindo, o modelo de formação dos IMN padece das mesmas debilidades da estrutura de Ensino Médio do Sistema Educativo, do ponto de vista de eficácia académica quantitativa (relação entre o número de alunos que ingressam pela primeira vez e os que terminam os cursos ao fim de quatro anos), aqui há a acrescentar uma muito baixa eficácia externa, traduzida num baixo índice de ingresso dos recém- formados para a docência, particularmente nestes últimos anos, situação agravada com as medidas de contenção na admissão ao emprego no ensino público, o que obviamente determina uma relação custo / benefício extremamente desfavorável para o Sistema.

1.5.- Ensino Superior

O Ensino Superior é o subsistema e nível de ensino terminal do Sistema de Ensino e tem por objectivos a formação superior de quadros técnicos e a investigação científica.

Actualmente este nível de ensino é realizado na Universidade Agostinho Neto (U.A.N.), única universidade estatal e em universidades privadas, implantadas no País (apenas em Luanda) há dois anos, e vocacionadas preferencialmente para cursos de áreas sociais.

A Universidade António Agostinho Neto tem 6 faculdades- Faculdade de Ciências, Faculdade de Ciências Agrárias, Faculdade de Direito, Faculdade de Economia, Faculdade de Engenharia, Faculdade de Medicina- e um Instituto Superior de Ciências da Educação, sediado no Lubango e com núcleos nas províncias de Luanda, Benguela, Huambo e Huíla.

O universo de recursos humanos da Universidade Agostinho Neto no ano académico de 1999 foi de 10.313 pessoas, entre corpo discente (80,8%), corpo docente e auxiliar (7,6%) e de funcionários (11,6%), distribuído pelos serviços centrais e dez unidades orgânicas localizadas em Cabinda, Uíge, Luanda, Benguela, Huambo e Lubango. Deste universo 60% são do sexo masculino e 40% do sexo feminino.

Este nível de Ensino, como aliás todos os outros, atravessa uma grave situação de carência de infra-estruturas, equipamentos, meios técnicos de ensino e investigação, carência de pessoal docente, bibliografia técnica e estruturas de apoio.

A elaboração de um Plano Estratégico para o Ensino Superior em Angola requer uma clara definição da missão desse subsistema de ensino, seus objectivos e metas, produtos e serviços, meio envolvente, recursos disponíveis ou mobilizáveis. E, naturalmente, uma análise atenta das estruturas operacionais, neste momento a Universidade Agostinho Neto (única Universidade Pública) e algumas Universidades Privadas recentemente instaladas em Luanda.

Uma tarefa desta natureza só pode ser executada por uma equipa qualificada, dispondo dos apoios e recursos necessários, e consumirá algum tempo. A título imediato apenas é possível apresentar algumas referências e sugerir as principais linhas de força que a experiência nos vai indicando.

Em linhas gerais, enunciaremos os principais problemas que o Ensino Superior enfrenta no nosso País, consensualmente reconhecidos, e respectivas propostas de solução, tais como:

- ❑ A procura de acesso ao Ensino Superior é muito superior à oferta e essa diferença tende a acentuar-se;
- ❑ O Ensino Superior está instalado essencialmente na cidade de Luanda, capital do País;

- Os programas de formação oferecidos nem sempre se ajustam às necessidades da actividade económico-social e do mercado de trabalho;
- O Ensino é muitas vezes “livresco” com fracas componentes prática e de investigação;
- A disponibilidade de recursos financeiros é muito variável, incerta e, dum modo geral, insuficiente.

1.5.1 - Acesso e Mobilidade ao Ensino Superior

Actualmente a capacidade de absorção de estudantes na Universidade Agostinho Neto responde apenas a 30% do número de estudantes que terminam o Ensino Médio.

A população estudantil foi de 8.337 estudantes sendo 41% do sexo feminino. O ISCED absorveu o maior número de alunos cerca de 55%. Segundo os dados apurados nalgumas faculdades e núcleos do ISCED, cerca de 25% da população estudantil tem idades compreendidas entre os 16 e 25 anos.

Estes indicadores indicam que a população estudantil é maioritariamente velha e se registam poucos jovens nos cursos que contribuem para o desenvolvimento económico e sustentável.

Durante o período em análise inscreveram-se nos exames de acesso aos cursos da UAN 8.289 candidatos. Destes compareceram aos exames de aptidão 7.502, tendo ficado apurados apenas 1.291, sendo 689 do sexo masculino e 602 do sexo feminino. Os candidatos apurados representam 17% do total dos que comparecem aos exames de aptidão.

Em termos de evolução dos estudantes, constatamos que o número de alunos matriculados no Ensino Superior evolui positivamente passando de 7.125 em 1996 para 8.337 alunos em 1998, sendo uma taxa de crescimento de 8,2% de acordo com a tabela abaixo.

Evolução dos alunos da Universidade Agostinho Neto, 1998

| Ano Lectivo | 1996 | 1997 | 1998 | ▲ % |
|-------------|-------|-------|-------|-----|
| Estudantes | 7.125 | 7.916 | 8.337 | 8,2 |

Em relação ao ano de 1997, o universo estudantil da Universidade Agostinho Neto cresceu em 5,3%, isto é, de 7.916 para 8.337 estudantes. Segundo o relatório de 1998 da Universidade, o número dos estudantes do sexo masculino aumentou em 1,9%, enquanto o do sexo feminino cresceu em 9,5%. Estes indicadores de crescimento devem-se ao facto de algumas unidades orgânicas, por exemplo, a Faculdade de Economia, a Faculdade de Direito e a Faculdade de Medicina terem aumentado as suas capacidades.

No ano civil de 1998, licenciaram-se pela Universidade Agostinho Neto 163 candidatos dos quais 35% são do sexo feminino.

1.5.2 - Corpo Docente e Auxiliar

O número total de docentes e auxiliares é de setecentos e setenta e seis (776), dos quais 736 (95%) são docentes e 40 (5%) auxiliares. Deste total de docentes e auxiliares, 79% são do sexo masculino e 21% do sexo feminino. A Faculdade de Medicina com 18% e a de Engenharia com 17% são as que possuem maior número de docentes.

A distribuição percentual do corpo docente por categoria é a seguinte: 40% são assistentes, 21% professores auxiliares, 21% assistentes estagiários, 11% professores titulares e 7% professores associados.

Em relação ao grau académico dos docentes, 78% são licenciados, 8% com grau de mestrado e 14% doutores. Além disso, 112 docentes encontram-se a fazer pós-graduação no estrangeiro, dos quais 74 são do sexo masculino e 38 do sexo feminino. Existem também 3 técnicos dos serviços centrais em pós-graduação, dos quais 2 são do sexo masculino e um do sexo feminino.

A baixa formação do nosso corpo docente (só cerca de 25% dos docentes tem pós-graduação) é um dos mais notórios handicaps da U.A.N., condicionando negativamente a qualidade do ensino ministrado e a capacidade de investigação científica e desprestigiando a nossa Universidade e o País no contexto internacional.

1.5.3 - Acessibilidade Geográfica ao Ensino Superior

A predominância geográfica do Ensino Superior em Luanda reflecte e perpetua assimetrias de desenvolvimento: se é verdade que a maior parte da população reside na capital, por um lado, a falta de ensino superior nas províncias motiva a permanente migração de jovens para Luanda, por outro. Este quadro, que origina grande insatisfação e conflito, só pode ser resolvido através de:

- ❑ Garantia de apoio social aos estudantes nos centros universitários existentes (lares, cantinas, bolsas de estudo, etc.); e
- ❑ Implantação de novos centros de ensino universitário em localizações estrategicamente seleccionadas e com projectos idóneos devidamente suportados. A abertura voluntarista de núcleos e centros universitários, sem atender às reais capacidades e fora de qualquer estratégia global, não parece ser conveniente. Os núcleos e centros universitários já existentes devem ser objecto dum plano realista e responsável para a sua autonomização e ascensão ao estatuto de novas Universidades Públicas.

1.5.4 - Adequação dos Curricula

É necessário fazer sondagens e inquéritos à indústria, empresas e empregadores em geral sobre o perfil de profissionais que necessitam e realizar reformulação periódica e o ajuste permanente dos curricula. É importante que o último ano dos cursos de licenciatura possa incluir uma aprendizagem tutorada num ambiente real de trabalho.

Também se deve introduzir formação profissionalizante a nível de bacharelato e formação técnico-profissional (institutos superiores técnicos). A parceria e consultoria com outras Universidades e Associações (Associação Internacional das Universidades e Associação Africana das Universidades), assim como o apoio da UNESCO, são muito importantes neste domínio para recolha de know-how.

1.5.5 - Cientificidade e Capacitação Profissional

Não interessa apenas entregar diplomas, mas garantir que os formados têm real competência científica, técnica e profissional, num mundo cada vez mais exigente e competitivo. Isto obriga a melhorar a componente prática de muitos cursos (laboratórios, trabalhos de campo, simulações, ensino baseado em problemas, estudo da comunidade) e criar uma verdadeira, vasta, bem fornecida e actualizada Biblioteca Universitária, mantida por documentalistas capazes.

O desenvolvimento da investigação científica (quer seja aplicada, fundamental ou pedagógica) deve ser uma componente obrigatória em todas as formações universitárias. Neste sentido, é muito importante a obrigatoriedade de elaboração e defesa da “tese de licenciatura”, mas têm que existir as referidas condições de laboratórios, bibliotecas e orientação para que não seja apenas uma formalidade ou incómodo.

A baixa taxa de diplomados em relação à população (número de estudantes diplomados por 100.000 habitantes, 1 diplomado por 100.000 habitantes) demonstra a pouca formação superior conseguida, enquanto a baixa taxa de escolarização no Ensino Superior (0,7%) mostra que continua a formar-se pouca gente nesse nível de ensino e que, portanto, também num futuro próximo a população com essa formação continuará a ser escassa.

Um facto que traduz bem essa situação é que nos exames de acesso recentemente realizados na Universidade Agostinho Neto há cerca de 10 candidatos para cada vaga disponível. Naturalmente que essa elevada procura do Ensino Superior pode também traduzir que os técnicos médios não encontram colocação satisfatória no mercado de trabalho, por desarticulação desse e pelo facto da capacidade de absorção ser ainda diminuta.

1.6. - Formação Profissional

1.6.1 - Antecedentes e Situação Actual

Até à data da Independência Nacional em 1975 o nível de desenvolvimento das forças produtivas do país era extremamente baixo. Se, por um lado, cerca de 80% de Angolanos não sabiam ler nem escrever, manipulando por conseguinte técnicas rudimentares de pouca produtividade, por outro lado, dos restantes 20%, uma boa parte possuía apenas habilitações de base inferior a quatro (4) anos de escolaridade.

Considerando que, pela necessidade de reforço a todos os níveis da força de trabalho qualificada, com base na alfabetização e formação básica, passando pela formação profissional básica e média até atingir a superior, foi reformulado o Sistema de Educação e Ensino e criado o Subsistema do Ensino Técnico-Profissional, para a formação de

trabalhadores qualificados. Entretanto, o decreto n.º 110/83, de 1 de Dezembro, traçava as linhas orientadoras para a implementação e desenvolvimento da estratégia da Formação Profissional.

Num esforço conducente à consolidação do Subsistema de Formação Profissional, foi realizado em Março de 1987 o 1º Encontro Nacional de Formação Profissional, tendo no mesmo sido recomendado a adopção de critérios mais flexíveis na execução das acções de formação profissional em conformidade com as necessidades de força de trabalho.

Uma reflexão profunda, multidisciplinar e participada, com os quadros nacionais e parceiros sociais do sector empresarial, levou à adopção - pelo Governo - de uma Estratégia Global para a saída da crise económica e social em que está mergulhado o País.

Trata-se de uma abordagem global das medidas de política a implementar, uma visão coerente, clara, multisectorial e multidisciplinar, que tem por objectivo contribuir para "a estabilidade e o relançamento sócio - económico do País".

Desta estratégia, cujos resultados mais profundos se esperam a médio e longo prazos, ressaltam igualmente medidas económicas e políticas de cuja eficácia dependem impactos positivos, susceptíveis de contribuir no curto prazo para a melhoria das condições de vida das populações.

O grande repto do Governo e o ponto focal da sua estratégia actual consistem na implementação de políticas que articulem, de um modo coordenado e multidisciplinar, o binómio "Defesa / Produção". Um desafio que se coloca, igualmente, às empresas e agentes económicos, enfim a todas as forças vivas da Sociedade angolana.

Em última instância, este desafio coloca no centro dos problemas do País e das suas soluções, de um lado, a necessidade de um diálogo activo, coordenação e concertação permanentes entre o Governo e os seus parceiros sociais na sociedade civil e no sector empresarial em particular, e, por outro lado, exige, a máxima disponibilidade e o engajamento motivado das capacidades profissionais da Mão-de-Obra Nacional, sua potencialização e aproveitamento racional em todos os sectores de actividade.

Assim, se os efeitos da crise actual, a todos os títulos negativos, se fazem sentir directa e profundamente sobre o factor Humano, é inquestionável que o Homem constitui, ao mesmo tempo, a alavanca essencial para a inversão da actual situação e o factor decisivo para a Reconstrução Nacional, estabilização política e social e desenvolvimento sustentado do País.

1.6.2 - Situação Actual dos Recursos Humanos

Angola é conhecida no Mundo como um dos Países mais ricos do Continente Africano e até mesmo do Planeta, pela diversidade, abundância e qualidade dos seus recursos naturais.

Porém, os Recursos Humanos constituem, de entre todas as suas riquezas, o bem mais precioso de que o País dispõe, o capital mais importante e determinante para um verdadeiro progresso económico e social do País, susceptível de o colocar a par ou

superar países do Continente Africano com índices de desenvolvimento bem mais elevados.

Contudo, segundo o “ Relatório do Desenvolvimento Humano – 1998 “ do PNUD, Angola situar-se-ia na 156ª posição mundial, com um Índice de Desenvolvimento Humano de 0.355 , uma taxa de analfabetismo de 42, 5 % e uma taxa de mortalidade infantil da ordem dos 120 em 1000 nascidos vivos .

Referências têm sido feitas por dirigentes do País, sobre a existência de cerca de 1,6 milhões de deslocados internos a acrescer aos então existentes, desde Dezembro de 1998, bem como a uma situação humanitária de gravidade sem precedentes, com tendência a piorar .

Qualquer que seja a abordagem dos problemas que caracterizam a situação do País, a dimensão humana da sua expressão, das suas causas e efeitos, deve ser sempre considerada, do mesmo modo que devem ser adequadamente valorizados os Recursos Humanos, na tomada de decisões e na implementação das soluções que perspectivem a normalização e melhoria das condições e qualidade de vida dos angolanos, seja num cenário de saída da crise, seja num cenário de pós-guerra, reconstrução nacional, recuperação económica e de desenvolvimento do País. Num tal contexto, o sector empresarial (público / privado) joga um papel fundamental e, neste âmbito, é inquestionável a importância decisiva da Mão- de- Obra Nacional cujo talento, criatividade e capacidade produtiva terão de ser (re)mobilizados e suficientemente valorizados e motivados para que o binómio “ Defesa / Produção “ seja concretizado ao menor custo possível e no tempo óptimo.

1.6.3. - Sistema Nacional de Formação Profissional

A Formação Profissional entendida como “conjunto de actividades que visam a aquisição de conhecimentos, habilidades práticas, atitudes e formas de comportamento exigidas para o exercício de uma profissão” tem-se vindo a impor nas últimas décadas como um factor decisivo no desenvolvimento multifacético das sociedades.

Efectivamente, a aposta forte na formação de trabalhadores qualificados foi e continua a ser uma das pedras-chave do sucesso do nível de vida dos países. O mesmo se poderia dizer quanto ao êxito das regiões recentemente industrializadas.

Tal como foi referenciado na introdução, o Governo da República de Angola aprovou a Lei de Bases do Sistema Nacional de Formação Profissional, determinante para o desenvolvimento económico e social do País.

Esta Lei salienta dois (2) aspectos considerados decisivos:

- ❑ A importância estratégica que deverá assumir a Formação Profissional em Angola, uma vez que esta área está confrontada com desafios de enorme envergadura.
- ❑ A implantação de um Sistema Nacional de Emprego e Formação Profissional, articulado com as políticas e grandes programas de desenvolvimento social.

Uma decisão não muito recente (Decreto n.º 40/96 do Conselho de Ministros) determinou a passagem da tutela da Formação Profissional do Ministério da Educação para o Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, tal como se referiu anteriormente, sendo o primeiro passo importante para a conexão entre a Formação e o Emprego.

Pretende-se com esta decisão constituir um Sistema de Emprego e Formação Profissional capaz de assegurar a correspondência tão necessária entre o emprego e a formação profissional.

Por outro lado, entrando especificamente no domínio desta correspondência, importa referir que a formação profissional deve responder quantitativa e qualitativamente às exigências do mercado de emprego.

1.6.4 - Capacidade Nacional de Formação Profissional

Até 1992 o país contava com uma rede de 140 centros de Formação Profissional. Porém, a retomada da guerra neste mesmo ano reduziu drasticamente esta capacidade para 85 Centros de Formação.

Outro motivo, que está na base da redução desta capacidade, circunscreve no facto de que a maioria dos centros pertencia às empresas estatais e, no quadro das medidas globais de reajustamento estrutural caracterizado pelo actual momento sócio-económico, grande parte destas empresas foi redimensionada não podendo a priori suportar todos os encargos inerentes ao seu processo de funcionamento.

Na actualidade, a implementação de um verdadeiro sistema de formação profissional, passa não só pelo aumento quantitativo de centros de formação profissional mas sim:

- pela criação de centros que represente uma verdadeira capacidade nacional;
- Que atendam as necessidades de desenvolvimento de uma determinada província ou região específica;
- Que possam servir de pólo de atracção e fixação das populações;
- Que estejam em conformidade com o ritmo de crescimento do sector produtivo e das comunidades no geral.

Em conformidade com o decreto n.º 16/98, de 3 de Julho, do Conselho de Ministros, que aprova o regulamento sobre o enquadramento dos Centros de Formação Profissional, estão credenciados 137 centros, dos quais 27 de gestão pública e 110 privado.

II PARTE

Estratégias De Intervenção (2001-2015)

II. ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

II.1. Subsistema da Educação de Adultos

II.1.1. Objectivos Nucleares para a Alfabetização e Ensino de Adultos

- ❑ Contribuir para a correcção das assimetrias do desenvolvimento regional e local;
- ❑ Erradicar o analfabetismo literal e proporcionar a educação básica obrigatória (6ª classe) à população economicamente activa, com prioridade para os jovens e mulheres;
- ❑ Contribuir para a contínua elevação da qualificação da mão- de- obra nacional, desenvolvendo a capacidade para o trabalho através de uma preparação adequada às exigências da vida activa;
- ❑ Contribuir para a melhoria dos índices nacionais de desenvolvimento humano.

Para a concretização dos objectivos globais traçados e de acordo com o processo de planificação plurianual, o Ministério da Educação e Cultura decidiu adoptar as estratégias de intervenção, enquadradas por medidas e acções, para os períodos seguintes até 2015:

2001/2002
(EMERGÊNCIA)

- ❑ Estratégias:
 - Mobilização da sociedade civil para intensificação da luta contra o analfabetismo;
 - Reforço e desenvolvimento da parceria social para o combate integrado do analfabetismo, através da formação de formadores, fornecimento de material didáctico básico (lápiz, borrachas, cadernos, quadros e apagadores) para aumento e diversificação da oferta educativa na alfabetização e pós- alfabetização;
 - Elevar a qualidade de ensino na alfabetização e pós- alfabetização, adequando os conteúdos educativos aos desafios actuais do País em diferentes vertentes;
 - Melhorar os níveis de alfabetização e pós-alfabetização de adolescentes, mulheres e pessoas com necessidades educativas especiais;

- Engajar e responsabilizar o poder local na luta contra o analfabetismo.

□ Medidas e Acções:

- Celebração de protocolos vinculativos de modo descentralizado e desconcentrado com as organizações representativas da sociedade civil, por forma a estabelecer processos de cooperação, parceria e co-responsabilização na diversificação da oferta educativa e acesso equitativo à alfabetização e pós-alfabetização;
- Impressão dos manuais de alfabetização e pós-alfabetização em língua portuguesa e línguas nacionais em conformidade com o actual contexto político, económico e social do País, como medida preventiva do regresso ao analfabetismo;
- Desencadear processos metodológicos de Formação de Formadores para alfabetização e pós-alfabetização em língua portuguesa e em línguas nacionais, por forma a permitir uma relação mais dinâmica entre os conteúdos educativos e a vivência quotidiana dos beneficiários;
- Promover a educação integral das jovens e mulheres subescolarizadas através da criação de Centros Integrados para a Educação das Mulheres com o envolvimento da sociedade civil, na perspectiva da sistematização da elevação das competências sócio e técnico-profissionais das mulheres;
- Operacionalização de modo faseado de um Programa Integrado de Aquisições de Material Didáctico de apoio à alfabetização e pós-alfabetização;
- Implementação do Programa de Alfabetização Funcional Intensiva para Adolescentes, Mulheres e Portadores de Deficiências;
- Implementação do Programa de Formação e Enquadramento de 1500 alfabetizadores em língua portuguesa e em línguas nacionais;
- Revisão, actualização e impressão de 10 títulos de Manuais Escolares e respectivos currículos para alfabetização e pós-alfabetização;
- Promoção e implementação de Actividades de Alfabetização e Pós-Alfabetização Funcionais dirigidos a adolescentes e jovens analfabetos para a formação profissional;

□ Indicadores (Metas e Resultados)

- Redução dos índices actuais de analfabetismo entre 10 a 15%, com particular incidência sobre as mulheres.
- Edição e produção de 14 títulos (manuais) para alfabetização e pós-alfabetização

em língua portuguesa e em línguas nacionais: Umbundu, Kimbundu, Kikongo, Tchokwé, Ibinda, Nganguela, Nyneca-humbi e Kwanyama.

- Erradicação do analfabetismo na função pública (Órgãos da Administração Central e Local do Estado).

2003/2006
(ESTABILIZAÇÃO)

□ Estratégias:

- Generalização e expansão das línguas nacionais na alfabetização e pós-alfabetização;
- Dinamizar a educação informal e não-informal nas esferas de competência do subsistema da Educação de Adultos;
- Estabelecer processos organizativos e metodológicos para estabilização do corpo docente para o subsistema da Educação de Adultos;
- Revitalizar as Escolas Polivalentes;
- Estruturar os II e III níveis do Ensino de Adultos com materiais didácticos específicos;
- Elevar as taxas líquidas de escolarização nas Forças Armadas Angolanas.

□ Medidas e Acções

- Reforçar a capacidade de intervenção social das ONG's e Igrejas nos meios rural e peri-Urbano privilegiando-se a utilização das línguas nacionais no contexto da promoção e asseguramento da identidade cultural e linguística, do respeito pela diversidade, reforço da cultura da Paz e dos valores sociais e éticos;
- Diversificar a implementação da oferta educativa do subsistema da Educação de Adultos através de processos educativos informais e não- informais sistemáticos, com particular destaque para a educação cívica, a luta contra endemias e pandemias;
- Adoptar um estatuto para os docentes da Educação de Adultos, no contexto dos objectos, tarefas e características específicas da Alfabetização e Ensino de Adultos;
- Engajar e responsabilizar os Governos Provinciais na reabilitação e apetrechamento das Escolas Polivalentes na perspectiva da reanimação da vida rural e comunitária no contexto da educação pelo trabalho social de adolescentes e jovens analfabetos e subescolarizados;

- Revisão e actualização do plano curricular e edição e impressão de títulos (manuais) para o II e III níveis do Ensino de Adultos associados a modalidades alternativas ao ensino presencial e às novas tecnologias de informação e comunicação.
- Indicadores (Metas e Resultados Previstos)
 - Consolidação e desenvolvimento das línguas nacionais em todo o território nacional;
 - Reconhecimento e validação da educação informal e não- formal;
 - Enquadrar adolescentes e jovens analfabetos e subescolarizados nas Escolas Polivalentes;
 - Melhorar e aumentar a moral e o profissionalismo dos docentes.

2007/2015
(EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO)

- Estratégias:
 - Desenvolver capacidades auto-sustentáveis de intervenções sociais e educativas com efeitos duráveis no sentido de proporcionar a expansão, a generalização e a erradicação do analfabetismo e o desenvolvimento da pós- alfabetização;
 - Consolidar e desenvolver as estratégias precedentes no sentido da adopção de metodologias e disposições eficazes que assegurem de modo sustentável a investigação da educação básica para adultos.
- Medidas e Acções:
 - Assegurar a todos os adultos o acesso equitativo aos programas de educação de base no âmbito da universalização da alfabetização;
 - Integração da perspectiva do género para eliminação das disparidades entre sexos;
 - Generalização e expansão do Programa Nacional de Alfabetização para Mulheres Rurais e Pessoas Portadoras de Deficiências;
 - Implementação do Programa de Edição e Impressão dos Manuais Escolares para o I e II ciclos dos Ensino Secundário.

- Criação de Centros Regionais de Formação Contínua para Quadros da Alfabetização e Ensino de Adultos;
- Implementação e generalização da alfabetização em línguas nacionais.
- Indicadores (Metas e Resultados Previstos)
 - Redução da taxa de analfabetismo da população feminina, particularmente no meio rural, em 15%;
 - Escolarização de adolescentes e jovens analfabetos e semi-analfabetos através da integração na formação profissionalizante nas escolas polivalentes na perspectiva do combate ao fenómeno de crianças de e na rua;
 - Diminuição da taxa de analfabetismo dos jovens e adultos portadores de deficiências;
 - Eliminação do analfabetismo no seio das Forças Armadas Angolanas.

II.2 – Ensino de Base

II.2.1 - Educação da Pequena Infância

Objectivos: Alargar o Acesso à Educação da Primeira Infância

Atender às necessidades educativas das crianças pequenas, supõe uma extensão da rede dos Centros de Educação Pré-Escolar e oferta de oportunidades educativas não formais, acessíveis às crianças de famílias de condições modestas.

Dois resultados estão articulados a este objectivo:

Resultado 1.1: Aumento da Taxa de Inscrição

O aumento deverá ser prosseguido através das seguintes actividades:

Actividade 1.1.1: Projecto de Criação de Centros de Educação Pré-Escolar

Com o apoio das autoridades educativas, iniciativas serão tomadas a nível de municipalidades para a criação de tais centros com a participação efectiva do sector privado. Neste quadro do processo de liberalização deverão ser criadas facilidades de crédito aos promotores particulares e auxílio aos movimentos associativos de utilidade pública que gostariam de investir na criação e na gestão destes centros.

Actividade 1.1.2: Programa de Formação de Educadores da Primeira Infância

A formação do pessoal preparado para o atendimento da pequena infância é uma necessidade. Uma formação apropriada considerando a psicopedagogia aplicada será

administrada. Os professores formados poderão servir ao Estado ou ao sector privado ou ainda a outras instituições ou organismos.

Actividade 1.1.3: Projecto de Elaboração e de Difusão de Materiais Lúdicos e Didácticos

Afim de melhorar as condições de aprendizagem, o sub-programa prevê a produção de jogos pedagógicos baseados na revalorização do património cultural local e nacional. As Direcções Provinciais e Municipais de Educação e Cultura assegurarão o trabalho na confecção dos meios didácticos necessários.

Resultado 1.2: Preparação Adequada da Criança Visando a sua Integração no Ensino Formal

A qualidade da Educação da Primeira Infância deverá ter uma melhor preparação das crianças para dar seguimento à sua educação no sistema formal. Além das acções identificadas para a extensão da rede de centros, há a considerar as seguintes actividades:

Actividade 1.2.1: Projecto de Criação de Centros Comunitários de Educação da Pequena Infância

As modalidades não formais de Educação da Primeira Infância serão encorajadas através do apoio às iniciativas das comunidades de base. Em particular, a amenização do peso do trabalho das mulheres pela criação de tais centros terá um impacto real sobre as possibilidades de educação das mães e sobre a eficácia de suas actividades produtivas. A organização e o funcionamento dos centros comunitários, ficarão sob a responsabilidade das associações locais.

Actividade 1.2.2: Programa de Formação de Animadores de Centros e Creches

Os animadores e as animadoras serão recrutados no seio das comunidades e receberão um enquadramento apropriado. A direcção da Educação Pré-Escolar fornecerá serviços de apoio técnico, da mesma forma que a direcção de Alfabetização e de Educação de Adultos.

As diferentes actividades operacionais identificadas vão seguir-se ao longo do período de execução da Estratégia. Elas desenvolver-se-ão de maneira progressiva, em função dos meios mobilizados.

II.2.2 – Objectivos Fundamentais

- ❑ Contribuir para a edificação, passo a passo, de uma nova sociedade angolana democrática, unida e próspera. Esta edificação baseia-se essencialmente no empreendimento de uma estratégia de desenvolvimento integral, que situa como centro das preocupações os recursos humanos;
- ❑ O processo de reconstrução nacional, leva em consideração todos os aspectos económicos, sociais, culturais, ambientais e éticos do desenvolvimento humano;

- Promover uma nova consciência nacional, baseada na tolerância, no respeito por si próprio e pelos outros, na identidade cultural e na cultura da paz.

II.2.3 – Objectivos Específicos

- Alargar o acesso à educação de base (Previsão de uma taxa de escolarização de 100% no ano 2015 no Ensino de Base);
- Melhoria da qualidade de ensino;
- Formação de competências técnico-profissionais;
- Crescimento da taxa específica de especificação a partir de 55% em 2002 constante de 3%/ano.

Para materialização destes objectivos gerais, concorrem factores exógenos e endógenos ao próprio sistema. Os factores exógenos determinarão a materialização e alcance do 1º objectivo (Aumento do acesso à educação), considerando que se trata essencialmente de investimentos (construção de escolas e seu apetrechamento).

O 2º e 3º objectivos dependem também de factores exógenos (reabilitação de infra-estruturas), mas, essencialmente de factores endógenos (reformulação de currículos, programas, planos de estudo, melhoria do corpo docente, melhoria do sistema de gestão e administração escolar, sistema de avaliação entre outros).

Considerando o horizonte temporal definido (2001-2002), (2002-2006) e (2006-2015) as etapas para a implementação da estratégia, são as seguintes funções da situação actual do Sistema de Educação:

1ª Etapa de Urgência ou Emergência - 2001-2002;

2ª Etapa de Estabilização do Sistema - 2002-2006;

3ª Etapa de Consolidação e Desenvolvimento do Sistema Educativo – 2006-2015.

A situação actual do Sistema de Educação e a envergadura do processo de reconstrução do mesmo requerem a pesquisa de economias de escala, a eficiência na utilização dos recursos mobilizados e a eficácia, através de um maior impacto das actividades operacionais de base. A activa participação comunitária e da sociedade em geral é uma condição crucial para a realização dos objectivos aqui definidos.

II.2.4 – Fases e Prioridades

Uma vez considerada a amplitude das tarefas a realizar e dos meios a mobilizar, importa agora racionalizar os métodos de acção e definir com clareza as prioridades a considerar durante todo o processo de reconstrução. Três etapas foram definidas para o período de 15 anos (2001-2015), que é o período estabelecido para o desenvolvimento da Estratégia de Intervenção no Sistema de Ensino.

Primeira Etapa: - Fase de Emergência (2001-2002)

A Fase de Emergência corresponde à realização de acções referentes às primeiras necessidades indispensáveis para a reabilitação imediata do Sistema de Ensino e que constituem a satisfação das necessidades mais urgentes em matéria de reconstrução do Sistema Educativo. Ela corresponde à fase de curto termo no processo de reconstrução. Nesta fase, o programa de emergência será executado na base de iniciativas concretas. Todas as províncias serão envolvidas. Todavia, são estabelecidas ordens de prioridades, conforme o diagnóstico do sector.

Desta forma, as províncias são repartidas em 3 grupos de prioridades. O grupo de primeira prioridade corresponde às seis províncias que têm a menor taxa bruta de escolarização e figuram entre as mais afectadas pela guerra. Estas províncias são: Huambo, Bié, Uíge, Kuando-Kubango, Malange e Moxico.

Do segundo grupo fazem parte as províncias que têm as taxas de escolarização entre 40 e 60% e que enfrentam também grandes dificuldades de reconstrução: Kwanza-Norte, Lunda-Norte, Zaire, Kunene, Lunda-Sul e Kwanza-Sul.

O terceiro grupo de províncias encontra-se numa situação de degradação e destruição do sistema menos pronunciadas que as do grupo I. Portanto, estas províncias enfrentam problemas difíceis na educação, em relação à diversos factores, como o fluxo massivo da população de outras províncias, das populações deslocadas ou refugiadas de retorno. As províncias deste terceiro grupo que têm, em média, uma taxa de escolarização superior a 60% são: Luanda, Huíla, Bengo, Cabinda Namibe e Benguela.

Considerando a correlação mais ou menos forte entre escolarização e alfabetismo, as regiões menos escolarizadas correspondem sempre às províncias onde o analfabetismo de jovens e de adultos é mais conhecido. Segue-se um interesse duplo para a escolha prioritária de tais províncias.

Para a Fase de Emergência e com incidência prioritária para o Ensino Primário, impõe-se a construção e apetrechamento de, pelo menos, de 250 escolas a nível municipal e assim distribuídas a nível provincial. Cada escola terá seis salas de aulas e dois turnos de funcionamento diário e cada sala atenderá 80 alunos por dia, o que aumentará a capacidade de matrículas neste nível de mais de 120.000 alunos o que corresponde a um aumento de 10% neste nível. Destas 250 escolas assume-se que 60% nas zonas rurais (150 escolas) serão a cargo do Programa Alimentar Mundial (Food For Work) e 40% das mesmas (100 escolas) na zona urbana serão a cargo do Governo.

| PROVÍNCIAS | Nº. DE ESCOLAS |
|--------------|----------------|
| CABINDA | 7 |
| ZAIRE | 10 |
| UÍGE | 24 |
| LUANDA | 13 |
| KUANZA NORTE | 20 |
| KUANZA SUL | 18 |
| MALANGE | 21 |

| | |
|----------------|-----|
| LUNDA NORTE | 15 |
| BENGUELA | 11 |
| HUAMBO | 17 |
| BIÉ | 13 |
| MOXICO | 13 |
| KUANDO KUBANGO | 13 |
| NAMIBE | 9 |
| HUÍLA | 20 |
| CUNENE | 10 |
| LUNDA SUL | 7 |
| BENGO | 9 |
| TOTAL | 250 |

**Segunda Etapa: - Fase da Aplicação dos Fundamentos do Novo Sistema
(2002-2006)**

A Fase de Emergência é articulada à fase da aplicação dos fundamentos do Novo Sistema Educativo. As acções que não puderam figurar na Fase de Emergência, vão aparecer ao longo desta segunda fase que cobre o sub período de 2002-2006. Nesta fase, serão aplicados dois grandes programas:

- O Programa multisectorial de educação de base; e
- O Programa nacional de promoção das competências técnicas e profissionais.

As prioridades retidas em matéria de intervenção em favor de grupos de população beneficiárias são:

□ A Escolarização Primária

Esta primeira prioridade resulta da análise já feita, levando em consideração o nível geral de acesso à educação formal e de base, e as diferenças entre as províncias. Como no período de urgência, os grupos de prioridades serão reconduzidos.

□ A Reorganização e Gerência do Sistema

A implementação da Lei de Base do Sistema Educativo e as orientações em matéria de reconstrução conduzem a uma refundação do sistema para adaptá-lo às preocupações nacionais e à satisfação das necessidades educativas da população.

□ A Reforma dos Currículos

A prossecução das acções em curso de reforma dos currículos responde igualmente à exigência da aplicação dos fundamentos de um Novo Sistema Educativo. Os diferentes graus de ensino, assim como a educação não formal, são contemplados pela reforma dos

currículos. A reconstrução apoia-se sobre os novos conteúdos educativos ligados aos desafios que se apresentam à sociedade angolana.

Terceira Etapa: - Fase de Consolidação e de Alargamento do Sistema (2006-2015)

A última etapa da Estratégia corresponde à fase de consolidação e de alargamento, na qual os objectivos últimos da Estratégia deverão ser aperfeiçoados. Depois da avaliação, a meio percurso no fim da segunda fase, uma reapreciação do processo de reconstrução será efectuada. Esta última fase cobre os anos de 2006-2015.

As prioridades definidas são dispostas na seguinte ordem:

□ A Escolarização Primária

Esta fica sempre na primeira prioridade. O objectivo final é de chegar a uma taxa real de escolarização nacional de 100% em 2015.

□ A Promoção das Competências Técnicas e Profissionais

A promoção das competências técnicas e profissionais, que se encontrava em quinta prioridade na fase precedente, ocupa agora a terceira posição. Ela corresponde a uma etapa importante na valorização dos recursos tanto materiais quanto humanos no processo de reconstrução nacional.

A promoção das competências técnicas e profissionais irá apoiar-se sobre a experiência da reorganização e da gestão do sistema e da reforma dos currículos, que figuram como prioridades no decorrer da fase precedente.

□ A Pesquisa e Desenvolvimento

O desenvolvimento endógeno durável implica a promoção da pesquisa e desenvolvimento para uma valorização consequente tanto das competências nacionais, como de recursos e potencialidades naturais do País. Como acima indicado, a educação e a formação devem contribuir para esta promoção. Em particular, o Ensino Superior e os Institutos especializados, têm um papel determinante a actuar.

O Plano-Quadro atribui uma grande importância à materialização desta quarta prioridade, integrando as experiências da revolução científica e técnica, úteis ao desenvolvimento do País.

□ A Promoção das Línguas Nacionais no Ensino

A revalorização do património cultural nacional necessita da promoção de vectores que veiculem o património cultural e, em particular, as línguas nacionais. Já na prioridade de alfabetização funcional de mulheres e de raparigas, as línguas nacionais serão também valorizadas.

No I Nível de Ensino de Base, mesmo considerando que a língua do ensino oficial seja o português, a aprendizagem das línguas nacionais deverá ser colocada durante esta fase como recurso educativo. Os estudos empregados na reforma dos currículos deverão permitir a experimentação e a extensão progressiva da aprendizagem das línguas nacionais. O domínio e a valorização das línguas nacionais revestem-se de um carácter estratégico no desenvolvimento da cultura nacional e no evento de uma nova sociedade angolana, enraizada no seu rico património cultural.

□ **Medidas e Acções**

- Reintegrar 1.200.000 (estimativa) das crianças que se encontram fora do sistema escolar devido à guerra, em escolas reconstruídas, reabilitadas e construídas;
- Fornecer as oportunidades educativas de urgência aos grupos mais vulneráveis;
- Instalar capacidades mínimas institucionais para a pilotagem da reconstrução.

Para atingir estes objectivos será adoptada a seguinte estratégia:

- a mobilização social para uma participação comunitária activa a nível de municipalidades e localidades diversas do País (Programa do FAS e do PAM – construção de escolas);
- a utilização multifuncional das infra-estruturas sócio-educativas;
- a participação do sector privado, das associações e organizações não governamentais nas iniciativas de reconstrução;
- a formação ad hoc intensiva do pessoal do sector: professores, administradores e planificadores;
- a redinamização das administrações escolares provinciais e municipais;
- a informação e a comunicação.

O programa de urgência propõe cinco iniciativas de acções para realizar os objectivos por vias das estratégias definidas.

INICIATIVA I:

Reabilitação e Construção de Salas de Aulas

A reconstrução e construção de infra-estruturas escolares, sobretudo nas províncias com fraca taxa de escolarização e que são as mais tocadas pela guerra, constituirá uma prioridade particular na Fase de Emergência.

Está prevista a construção de 1.500 salas de aulas, programa do MEC/PAM que permitirá a inserção escolar de 120.000 alunos.

Em função das estratégias definidas e da utilização dos materiais locais no quadro da construção, o custo unitário de construção será reduzido em relação ao custo até aqui utilizado como estimativa do financiamento da construção de salas de aulas. A responsabilidade das municipalidades contribuirá para reduzir o financiamento necessário.

O custo indicativo para a construção é de (USD 112.600.000,00), e para mobiliário e equipamentos das 1.500 salas de aulas de (USD 3.455.000,00), perfazendo um total de USD 116.055.000,00, valor este que deverá ser harmonizado com a estrutura indiciária de custos do Ministério das Obras Públicas e Urbanismo e o Ministério da Indústria.

Os efeitos da mobilização social e das iniciativas locais feitas pela população poderão ajudar a ultrapassar problemas de reconstrução e de reabilitação de salas em todas as províncias do País.

INICIATIVA II: Operação C.L. Carteira - Livro

Fornecimento de Carteiras, Livros e Materiais Diversos

As necessidades de móveis escolares e materiais didáticos são consideráveis, não somente para o grupo de primeira prioridade, mas também para todas as províncias. Na Fase de Emergência, o fornecimento de carteiras e livros para cobrir as necessidades de salas de aulas construídas e reabilitadas, serão asseguradas pela participação do sector estatal e privado, essencialmente para fabricação local dos móveis escolares. Se os limites de produção nacional se tornarem insuficientes, poderá fazer-se recurso à importação ao menor custo, do mobiliário, dos manuais e dos materiais didáticos.

Para a Emergência são necessários em termos de mobiliários e equipamento: 30.000 carteiras duplas, 250 quadros e 250 secretárias com cadeiras. Entretanto, há determinadas situações que, pela sua urgência e gravidade, exigem uma intervenção imediata em número de 171.897 carteiras nas seguintes províncias:

| PROVÍNCIAS | CARTEIRAS |
|----------------|----------------|
| HUAMBO | 80.000 |
| BIÉ | 31.000 |
| KUANDO-KUBANGO | 13.371 |
| UÍGE | 2.000 |
| MALANGE | 22.868 |
| MOXICO | 22.658 |
| TOTAL | 171.897 |

No que concerne a manuais escolares e material didático propõe-se a distribuição por empréstimos de um manual por título (disciplina) por aluno e a distribuição de 3 cadernos, 6 lápis, 3 esferográficas e 3 borrachas por aluno e por trimestre no 1º. Nível.

INICIATIVA III:

Recrutamento e Formação de Professores

As consequências da guerra sobre o pessoal docente são numerosas. A imagem dos outros grupos da população, os deslocamentos e abandonos da profissão afectam o funcionamento da rede escolar. Nas províncias mais afectadas pela guerra, as necessidades de pessoal docente são urgentes. O programa de emergência prevê o recrutamento de professores para o programa de construção das salas de aulas. Considerando o sistema de dois turnos diários, as necessidades em professores para as 1.500 salas são avaliadas em 3.000 professores.

Ao Ministério da Educação e Cultura caberá o recrutamento e a formação intensiva dos novos professores que serão seguidos nas suas carreiras por um complemento de formação.

Um programa especial de formação será empreendido por centros de formação com vista á satisfazer as necessidades urgentes dos professores.

INICIATIVA IV:

Capacidade de Gerência da Reconstrução

A instituição do processo de reconstrução necessita de uma acção eficaz de pilotagem e de execução em diferentes escalas do aparelho de gestão escolar. Tanto ao nível nacional quanto à nível das províncias e municípios, e da direcção das escolas, o quadro do pessoal deve ser preparado para participar das novas responsabilidades de reconstrução do sistema.

O programa de urgência visa o fornecimento de meios de trabalho indispensáveis e sobretudo a formação ad hoc intensiva dos administradores, directores e planificadores da educação nas 18 províncias do País. Um dispositivo mínimo de gerência será colocado a nível de cada província. Este dispositivo compreende: um instrumento de tratamento de dados e de edição, mobiliário e material diverso.

INICIATIVA V:

Melhoria Pedagógica e Educação de Urgência

A acção educativa em favor das crianças órfãs, abandonadas e crianças deficientes já estava considerada no programa de educação de urgência elaborado em 1992. A situação dos grupos vulneráveis aparece muito deteriorada depois desta data.

A melhoria pedagógica e a educação de urgência visam, por um lado, rever o conteúdo pedagógico, em particular a nível do Ensino de Base, em relação ao novo contexto de reconciliação nacional e de construção da paz e, por outro lado, agir para satisfazer as necessidades educativas mais imediatas das crianças mais desfavorecidas.

As intervenções na fase de curto termo, devem prolongar-se numa escala maior nas duas fases seguintes, em razão da amplitude dos problemas a resolver. A etapa de urgência integra também acções do programa direccionadas às crianças órfãs, abandonadas, deficientes, às crianças de rua, e às das zonas rurais, objectivando a sua integração e escolarização básica.

No que se refere ao II Nível do Ensino de Base (5ª e 6ª classes) para o período 2001-2003 (Emergência) é imprescindível a construção e apetrechamento de 22 escolas que funcionarão em duas modalidades de ensino, a saber: o Ensino Geral para os alunos de grupos etários mais baixos e o Ensino Técnico-Profissional onde se ministrarão cursos de Administração e Serviços Gerais destinados prioritariamente para alunos de grupos etários mais altos numa perspectiva de profissionalização básica de adolescentes e jovens.

Estas escolas terão 12 salas normais mais 4 para multi usos e uma capacidade para 1.000 alunos por turno, ou seja 2.000 alunos/dia. A implantação destas vinte e duas escolas representará um aumento de matrículas de mais de 44.000 alunos, o que equivalerá ao aumento da taxa líquida de escolarização de 8%.

A implantação das 22 escolas obedecerá à seguinte distribuição geográfica, sendo um custo indicativo de construção de USD 27.500.000,00 e, para equipamentos e mobiliário, escolares de USD 324.000,00.

| PROVÍNCIAS | Nº. DE ESCOLAS |
|----------------|----------------|
| CABINDA | 1 |
| ZAIRE | 1 |
| UÍGE | 1 |
| LUANDA | 3 |
| KUANZA NORTE | 1 |
| KUANZA SUL | 1 |
| MALANGE | 1 |
| LUNDA NORTE | 1 |
| BENGUELA | 2 |
| HUAMBO | 1 |
| BIÉ | 1 |
| MOXICO | 1 |
| KUANDO KUBANGO | 1 |
| NAMIBE | 1 |
| HUÍLA | 2 |
| CUNENE | 1 |
| LUNDA SUL | 1 |
| BENGO | 1 |

| | |
|-------|----|
| TOTAL | 22 |
|-------|----|

II.2.4 – Período de Estabilização (2002-2006)

O diagnóstico da situação do Sector de Educação colocou em relevo a importância das necessidades da população em educação de base, tanto formal e não formal, como informal. O presente programa é concebido para desenvolver-se progressivamente no período de 2002-2006, dividido em duas fases. O carácter multisectorial reflecte o aspecto sistémico e dinâmico, esboçado como estratégia global.

II.2.4-1 - Objectivos Principais

□ Colocar as Bases do Novo Sistema de Ensino

O processo de reforma já engajado deve materializar-se por mudanças significativas, como a adopção do sistema 6+3+3, correspondente a 6 anos de Ensino Primário e 3 anos para cada um dos dois Ciclos de Ensino Secundário. Este sistema substitui o sistema 4+2+2+3, que corresponde a 8 anos de Ensino de Base Geral, decomposto em três níveis e 3 anos de Ensino Médio ou Pré-Universitário.

□ Aumentar o Acesso à Educação de Base

A extensão dará prioridade aos grupos alvos mais vulneráveis: as crianças e as mulheres. Ela tomará em conta os desequilíbrios inter-provinciais. Segundo os três grupos de prioridades identificados, acções educativas diversas serão empreendidas. O acesso à educação de base é um direito que precisa tornar-se efectivo, e este direito figura entre os objectivos do desenvolvimento humano, donde a sua realização, é prevista pela Estratégia de Intervenção no Sistema de Ensino.

□ Melhorar a Qualidade e a Eficácia na Aprendizagem

A pertinência dos conteúdos da aprendizagem é uma condição primeira de utilidade para a acção educativa. Além da aprendizagem, trata-se de formar homens e mulheres capazes.

Assegurar uma educação de base de qualidade é, portanto, uma preocupação central. O estabelecimento de meios para aumentar a eficácia da aprendizagem e também a revalorização da função educativa, é também considerado.

□ Contribuir para a Elevação do Nível Cultural

A revalorização do património cultural nacional, identificado como exigência do desenvolvimento, será reflectido no programa educativo. Em particular, a formação da identidade cultural e a cultura da paz serão incluídas no programa multisectorial de educação de base.

II.2.4.2 Principais Estratégias

□ A Activa Participação Comunitária

As comunidades de base têm um papel importante nas acções de desenvolvimento, principalmente na valorização dos recursos humanos. Além disso, a auto-gestão das comunidades de base terá um papel activo nas acções do desenvolvimento e eficácia na redução dos custos de realização, graças ao investimento humano.

□ Melhoria da Gestão do Sistema

A pesquisa de economia de escala e o domínio das despesas deverão concorrer para a utilização racional dos meios mobilizados para a reconstrução. A eficácia da gestão será um elemento-chave na performance do sector educativo. Uma atenção particular será reservada à base de informação indispensável para a gestão e pilotagem apropriadas do novo sistema.

□ A Utilização de Todos os Canais

A estratégia global baseada sobre o aspecto multisectorial interactivo implica a utilização de todos os meios e canais disponíveis, que permitam atingir os grupos beneficiários. A educação, através de diversos meios lúdicos artísticos, será promovida. A eficiência e a eficácia representarão dois dados constantes.

□ A Promoção da Educação de Base nos Projectos de Desenvolvimento

A elevação da produtividade sectorial e global e do crescimento durável e auto-gerado, necessita de recursos humanos que a educação de base ajudará a desenvolver. Assim sendo, a acção educativa deverá ser integrada na realização dos projectos de desenvolvimento, em particular, dos projectos comunitários. A alfabetização funcional intensificada contribuirá para o aumento da eficácia das acções de desenvolvimento.

□ Ensino de Base

A entrada em vigor de um ensino fundamental de 6 anos atende uma necessidade de mudança qualitativa, assegurando a satisfação das necessidades educativas fundamentais das crianças com idade escolar. Os aspectos tanto quantitativos, como qualitativos, são considerados.

Os objectivos específicos do sub-programa são:

Objectivo 1: Aumentar o acesso ao Ensino de Base

No diagnóstico do Sector de Educação está sublinhada a necessidade de escolarização da metade da população escolarizável. Os efeitos da guerra deixaram as condições de acesso mais difíceis; portanto, considerando o papel estratégico do Ensino de base no desenvolvimento dos recursos humanos, foi dada prioridade ao aspecto da acessibilidade.

Os resultados esperados são:

Resultado 1.1: Aumento da Taxa de Escolarização Global

Com um nível médio estimado em 1 criança sobre 2 escolarizadas em 1995, a taxa deveria passar para 2 sobre 3 no ano 2005, correspondendo a um ritmo médio de crescimento de 1,7 pontos por ano, visando uma taxa de escolarização de 100% em 2015 no Ensino de Base.

Em função dos três grupos de prioridades estabelecidos, o ritmo de progressão previsto para o grupo de 1ª prioridade é de 3 pontos por ano. Quanto ao segundo e terceiro grupos, os ritmos são de 2,5 pontos e de 1,5 pontos, respectivamente.

Visando atingir estes resultados, as actividades a desenvolver são as seguintes:

Actividade 1.1.1: Projecto de Construção e Equipamento de Salas de Aulas

Esta actividade integra não somente as novas construções, como também a reconstrução e a reabilitação das salas de aulas já existentes. Com a taxa de escolarização actual, as necessidades globais de salas com capacidade de 40 alunos por sala, são avaliadas em 64.337 salas de aulas para uma população escolar estimada em 5.790.299 alunos. Com relação às necessidades estimadas do Subsistema do Ensino Geral, o número médio de salas a serem construídas e reabilitadas anualmente será de 2.500 salas de aulas no período de 15 anos.

Grandes esforços são esperados de diferentes aliados para apoiarem as iniciativas das comunidades, visando a reconstrução das infra-estruturas escolares. A responsabilização por parte das municipalidades diminuirá de maneira significativa os custos de construção de unidades de salas de aulas.

Actividade 1.1.2: Projecto de Apoio à Iniciativa Privada para a Extensão da Rede de Ensino

Os operadores económicos nacionais que gostariam de investir no ensino, abrindo estabelecimentos escolares, deverão ser apoiados com facilidades de crédito que lhes serão oferecidas. As autoridades económicas e financeiras tomarão as disposições úteis para satisfazer, na medida das suas possibilidades, os pedidos formulados.

Actividade 1.1.3: Projecto de Produção e de Aquisição de Manuais e Materiais Didácticos

As capacidades nacionais de produção de manuais deverão ser reforçadas, visando atender as necessidades de uma população escolar crescente. Os professores participarão na elaboração de manuais e na confecção de materiais didácticos a baixo custo. Serão escolhidos os procedimentos mais económicos e as inovações mais práticas.

Objectivo 2: Melhorar a Qualidade do Ensino

Os resultados esperados compreendem:

Resultado 2.1: Melhor Aprendizagem

As actividades previstas que concorrem para a obtenção dos resultados são:

Actividade 2.1.1: Performance dos Currículos

A modificação qualitativa dos conteúdos será seguida, para responder aos objectivos de desenvolvimento dos recursos humanos, no contexto de reconstrução e desenvolvimento humano. As inovações introduzidas permitirão formar o novo tipo de cidadão e cidadã. A reforma dos currículos corresponde a uma das acções maiores da reconstrução e é crucial no desenvolvimento e implementação da Estratégia.

Actividade 2.1.2: Programa de Enquadramento e de Formação de Professores Polivalentes

A melhoria da qualidade da formação e do enquadramento dos professores é uma das condições para atingir o Objectivo 2. O novo papel determinado ao professor, que deve

ser um agente do desenvolvimento comunitário, contribuirá para assegurar a ligação entre a escola e a vida. O professor será preparado para investir eficazmente na actividade tanto escolar como extra-escolar.

Actividade 2.1.3: Acções de Valorização da Função do Professor

Além da formação e do enquadramento pedagógico, os professores serão beneficiados com medidas de melhorias significativas das suas condições de vida e de trabalho. Em particular, a revisão dos salários é uma via obrigatória para garantir uma aprendizagem como consequência.

Objectivo 3: Melhoria da Gestão

Para este objectivo são esperados os seguintes resultados:

Resultado 3.1: Directores e Pessoal Administrativo das Escolas Devidamente Formados

As actividades previstas são:

Actividade 3.1.1: Programa de Formação em Gestão Escolar

Esta actividade cobre a formação do domínio da inspecção escolar e da gestão financeira de escolas. Os directores de escolas, o pessoal administrativo e os inspectores escolares seguirão uma formação apropriada sobre a forma de módulos com orientações práticas. É prevista também a formação contínua do quadro de profissionais de educação.

Actividade 3.1.2: Projecto de Instituição de um Sistema de Informação para a Gestão da Educação

A fim de assegurar uma gerência eficaz da reconstrução, será necessário dispor de uma base de informação exacta sobre os componentes do sector educativo. A reabilitação do aparelho estatístico e, sobretudo, a concepção de um sistema operacional de recolha, tratamento e análise dos dados, serão retidos. Desta forma, as antenas provinciais deverão ter os seus meios de trabalho bastante melhorados. O equipamento e a formação para a utilização dos instrumentos são dois pontos importantes do projecto. Esta actividade está contida no prolongamento da – Capacidade de gestão da reconstrução dentro do Programa de Emergência.

II.2.5 - Ensino Profissional de Base

Objectivo 1: Alargar o Acesso à Formação de Base

Considerando a importância do insucesso escolar e da fraca taxa de escolarização em várias províncias, muitos jovens não escolarizados são deixados por conta deles mesmos, sem nenhuma possibilidade real de formação. A extensão do acesso a uma formação de base apresenta-se então como uma exigência para responder às suas necessidades educativas e para dispor de uma mão-de-obra qualificada.

II.2.5.1 - Ensino Secundário

Para os dois componentes do Ensino Secundário- o Ensino Técnico e o Ensino Secundário Geral dois objectivos são fixados:

Objectivo 1: Aumentar as Possibilidades de Acesso ao Ensino Secundário Levando em conta as Diferenças Regionais.

A melhoria da eficácia interna do Ensino Primário deverá conduzir a um notável crescimento dos efectivos do segundo grau.

Resultado 1: Crescimento da Taxa de Inscrição no Ensino Secundário Geral e Técnico

Para chegar a este resultado, serão realizados as seguintes actividades:

Actividade 1.1.1. Projecto de Reabilitação e Expansão e de Equipamento das Infra-estruturas Escolares

O projecto englobará as acções de reconstrução, de reabilitação e extensão das infra-estruturas existentes. Nas províncias mais afectadas pela guerra esforços serão feitos para atender à procura demanda urgente de Ensino Secundário. O projecto incluirá o equipamento dos estabelecimentos com mobiliários escolares, materiais didácticos, equipamentos de laboratórios e de oficinas.

Actividade 1.1.2: Programa de Formação Inicial de Professores

A Estratégia trará um apoio para a formação de professores tanto do Ensino Geral, como do Ensino Técnico. Em função da evolução dos efectivos, uma política de recrutamento

será implantada, e que acentuando a qualidade do enquadramento pedagógico. A aquisição de materiais didácticos está prevista no programa de formação.

Objectivo 2: Melhorar a qualidade do Ensino Secundário

Levando em conta a sua posição intermediária entre o nível primário e o nível superior, o Ensino Secundário constitui uma etapa crucial na valorização dos recursos humanos. Desta forma, a melhoria da qualidade reveste-se de uma importância estratégica para o desenvolvimento dos aqueles recursos.

Resultado 2.1. Aumento da Eficácia do Ensino Secundário

Actividade 2.1.1: Programa de Reciclagem dos Professores

Os conhecimentos e o reforço da qualificação dos professores serão de responsabilidade do programa de reciclagem, que visará as diversas necessidades de formação permanente dos professores do Ensino Secundário. A organização de estágios intensivos e seminários de aperfeiçoamento, tanto a nível nacional, como provincial, será também considerada.

Actividade 2.1.2: Projecto de Reformulação dos Currículos

A orientação do Ensino Secundário, em função das prioridades nacionais de desenvolvimento, conduz a reforçar a profissionalização apropriada. Sem renunciar ao ensino teórico geral, cada vez mais serão introduzidos módulos de formação concretos e práticos. A preparação dos que terminam o Ensino Secundário para a vida activa e para uma formação universitária de qualidade será levada em conta nas melhores condições.

II.2.6 - Formação de Formadores e Formação Permanente

Objectivo 1: Institucionalizar o Aperfeiçoamento dos Quadros

Este objectivo responde a uma necessidade colocada em questão permanentemente para um progresso efectivo no processo de reconstrução e de transformação do sistema educativo.

Resultado 1.1. Disponibilidade de Equipas Pluridisciplinares de Formadores

Os programas de formação inicial dos diversos níveis do sistema serão completados e reforçados por programas de formação de formadores.

Actividade 1.1.1: Projecto de Criação de Programas de Formação de Formadores no Domínio Pedagógico, Técnico e Científico

Os módulos de formação de formadores serão concebidos segundo as necessidades de diversos sub-sectoros de formação de professores.

A Estratégia prevê o reforço dos meios dos Institutos de formação de professores para lhes permitir investirem eficazmente na formação de formadores. Em cooperação com os institutos implicados, estes programas serão concebidos e implantados. Por outro lado, será solicitada uma assistência técnica regional e internacional.

Actividade 1.1.2: Implantação de um Banco de Dados sobre as Competências e Especialidades Nacionais

A recolha de dados relativa aos recursos humanos nacionais, em particular aos formadores de formadores, facilitará a utilização judiciosa destas competências. A implantação de uma base de dados será uma função permanente, que necessitará da colaboração de diversas estruturas que intervêm na formação de formadores.

Objectivo 2: Estimular a Prática de Inovação

A formação permanente e a formação de formadores são vectores de impulsão da inovação.

Resultado 2.1: Crescimento da Eficácia do Ensino e da Formação

Estão previstas, entre outras, as seguintes actividades na formação de formadores:

Actividade 2.1.1: Programa Especial de Melhoria do Nível Científico, Técnico e Pedagógico dos Professores e Formadores

Uma característica deste programa é a importância dada às acções de inovação dos conteúdos e dos métodos de aprendizagem. O projecto chega como um complemento das actividades de formação já sublinhadas. O programa facilitará o acesso aos novos conceitos científicos, em particular as descobertas, as invenções e as inovações recentes.

II.2.7 – Ensino Superior, Pesquisa e Desenvolvimento

O Ensino Superior possui um papel determinante no desenvolvimento humano integral, através da valorização dos recursos humanos. À imagem de outros componentes do sistema educativo, o Ensino Superior sofreu, e continua sofrendo, das consequências da guerra.

Os objectivos visados são:

Objectivos 1: Racionalizar o Sistema de Ensino Superior

A reorganização do sub-sector traduz a vontade de atender às exigências do desenvolvimento económico, social e cultural.

Os resultados esperados apresentam-se da seguinte forma:

Resultado 1.1: Funcionamento Adequado das Instituições Existentes

As actividades previstas são:

Actividade 1.1.1. Projecto de Reabilitação e de Equipamento das Instituições de Ensino Superior

A fim de chegar a uma plena utilização das capacidades existentes, o sub-programa consiste na reabilitação, sobretudo dos equipamentos das unidades de ensino. Os esforços empregados devem conduzir a um funcionamento adequado, tanto da Universidade Agostinho Neto, como dos Institutos a este ligados.

Actividade 1.1.2. Programa de Reformulação dos Currículos Universitários

A reorganização do Ensino Superior fica ligada à reformulação dos currículos, precisamente na implantação de fileiras de formação, em adequação com as necessidades de desenvolvimento endógeno do País.

Actividade 1.1.3. Programa de Formação de Gestores do Ensino Superior

Um programa especial de formação de gestores será executado para dotar as instituições de Ensino Superior de pessoas qualificadas na gestão das infra-estruturas, dos estudantes, dos programas de ensino, dos exames, bolsas e outros serviços. A racionalização do sub-sector dependerá também da qualidade da gestão.

Objectivos 2: Promover a Investigação e a Cultura Científica e Técnica

O desenvolvimento da pesquisa é vital para a renovação do Ensino Superior e sua capacidade em atender os outros sub-sectores da educação e o sector sócio-económico e cultural como um todo.

Resultado 2.1: Crescimento da Eficácia Sócio-Económica e Cultural do Ensino Superior

As actividades são:

Actividade 2.1.1. Projecto de Apoio às Actividades de Pesquisa Aplicada do Ensino Superior

Os diversos domínios da pesquisa serão objecto de apoio na área da pesquisa tecnológica de base para a valorização de recursos agrícolas, silvícolas, minerais, etc. O projecto de apoio será paralelo à reabilitação e equipamento das instituições de Ensino Superior.

Actividade 2.1.2. Programa de Cooperação Científica e Técnica com outros Países e Instituições

As mudanças científicas e técnicas serão promovidas para reforçar as competências académicas dos professores do Ensino Superior e para fornecer uma informação

científica actualizada aos investigadores nacionais e aos diversos institutos de pesquisa. Esta cooperação contribuirá para a elevação do nível de cultura científica e técnica da comunidade educativa e da população em geral.

A cooperação sub-regional, regional e a cooperação técnica entre os países em desenvolvimento receberão uma atenção especial.

II.2.8 – Formação Profissional

□ 2001-2001

No domínio da formação profissional estão sendo desenvolvidas acções a nível dos centros. Por outro lado, o Instituto Nacional de Formação Profissional tem vindo a efectuar estudos com vista a:

- Relançar acções formativas nas províncias desprovidas de capacidade formativa;
- Criar um corpo de inspectores para inspecção das actividades exercidas a nível dos Centros de Formação profissional;
- Criar uma bolsa de formadores a nível nacional.

No tocante à legislação, foram elaborados alguns documentos normativos, aguardando neste momento aprovação superior:

- Estatuto orgânico dos Centros Públicos;
- Estatuto de técnico docente de formação profissional;
- Normas regulamentares para o pagamento de propinas nos Centros de Formação Profissional Públicos;
- Normas de avaliação e certificação da formação profissional.

□ 2002/2006

Implementação do Programa Indicativo do Governo para a Valorização da Mão-de-Obra Nacional, elaborado recentemente e submetido a aprovação superior, com vista à consolidação dos Sistemas de Emprego e Formação Profissional.

O referido programa prevê como beneficiários directos os seguintes:

- O Subsistema do Ensino Técnico e Profissional, incluindo as estruturas do Ensino Médio de Formação Profissional e os respectivos quadros e estabelecimentos;
- Os trabalhadores e quadros inseridos nas empresas do sector privado e público;

- Agentes económicos estabelecidos no sector informal da economia;
- Mão-de-Oobra nacional indiferenciada, não aplicada, sobretudo jovens de ambos os sexos em busca do primeiro emprego;
- O Sistema Nacional de Emprego.

Os beneficiários indirectos serão as organizações sócio-profissionais, o Sistema Nacional de Educação no seu conjunto, as empresas nacionais públicas e privadas, a economia nacional no seu conjunto, as populações em geral e as suas comunidades.

Com vista à aceleração do desenvolvimento sócio-económico do país e à diminuição dos índices de pobreza, foram priorizadas para o mesmo programa os sectores que abaixo se discriminam:

- Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Indústria;
- Obras Públicas e Construção Civil;
- Pescas e Ambiente;
- Geologia e Minas.

Para a coordenação e avaliação do Programa Indicativo do Governo para a Valorização da Mão-de-Obra Nacional e de outros que venham a ser concebidos no âmbito da formação e qualificação dos Recursos Humanos para a Economia Nacional, foi proposta a aprovação de um decreto com vista à criação de uma Comissão Interministerial junto do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social.

□ 2006/2015

- Criação do Sistema Nacional de Emprego e Formação Profissional;
- Unificação e Aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Emprego e Formação Profissional;
- Construção de Centros Regionais se, eventualmente, o país for dividido em regiões.

III

PARTE

Gestão

Do

Sistema de Educação

III. GESTÃO DO SISTEMA

III.1 - Delimitação dos Poderes (Central – Local)

A abordagem desta questão compreende a análise de duas vertentes essenciais:

- As questões de administração e gestão do sistema de ensino e dos estabelecimentos de ensino (questões funcionais); e
- As questões concernentes às acções de construção, reabilitação, manutenção, apetrechamento das instituições, definidas no Decreto do Conselho de Ministros Nº 11/95 de 5 de Maio como investimentos públicos.

□ Estrutura Central

Abordando os aspectos de carácter funcional (administração e gestão) ressalta um primeiro aspecto fulcral – A gestão do sistema de ensino em termos normativos, pedagógicos, de gestão pedagógica e escolar é da competência exclusiva do Ministério da Educação e Cultura.

Ao Ministério da Educação e Cultura – estrutura central - compete a orientação metodológica, controlo, acompanhamento e estabelecimento de normas, programas e procedimentos referentes à execução da política aprovada sobre a educação e ensino.

□ Estrutura Provincial

Com a aprovação do Decreto Lei Nº 17/99, de 29 de Outubro, que estabelece a orgânica dos Governos Provinciais e das Administrações Municipais e das Comunas, visando a descentralização administrativa, passou para a dependência directa dos Governos Provinciais as atribuições das ex-Delegações Provinciais de Educação.

Junto dos Governos Provinciais criaram-se Direcções Provinciais como Serviços Executivos Directos, que asseguram a execução de atribuições e competências do Governo da província.

As Direcções Provinciais de Educação e Cultura dependem orgânica, administrativa e funcionalmente do Governo da Província e respondem por todas as questões em termos de execução relacionadas com o Ensino de Base do I e II Níveis (1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª classes).

Compete ao Governador da Província, ou em quem este delegar, nomear e/ou contratar pessoal, docente e não docente, para os respectivos estabelecimentos de ensino, por força do diploma citado, assim como do consignado no Decreto Nº 27/00, de 19 de Maio, que aprova o PARADIGMA DE REGULAMENTO DOS GOVERNOS DA PROVÍNCIA e Decreto Executivo Nº 29/00, de 20 de Abril, (este último determina a transição das ex-DPE, incluindo o seu pessoal e património para as Direcções Provinciais).

A gestão dos estabelecimentos de Ensino de Base do I e II Níveis é também da competência do Governo das Províncias.

Assim, e no que se refere aos I e II Níveis de Ensino de Base, ao MEC cabe apenas a Orientação Metodológica.

Quanto aos Institutos Públicos, porque estes se regem por diploma próprio, ao Governo Provincial cabe acompanhar, apoiar e orientar a actividade das representações dos institutos nos termos da lei (Artigo 2º, alínea H, do Decreto Lei Nº 17/99).

III.2 - Gestão dos Estabelecimentos de Ensino

A gestão dos estabelecimentos de ensino constitui uma variável de capital importância a considerar no processo global de administração do Sistema Educativo e é uma premissa fundamental para a correcta execução das políticas do Sector.

O estabelecimento de ensino é a unidade de base de toda a estrutura da educação escolar e para a qual devem convergir e entrosar-se os processos de formação, coordenação e acompanhamento promovidos pela administração dos serviços centrais, configurados uns como “áreas fim”, integradas pelas direcções que se ocupam do desenvolvimento da actividade fundamental – o ensino, e outros como “área meio”, integradas pelas estruturas que contribuem para a realização da actividade fundamental.

A experiência vivida de 1975 a esta data não conferiu, infelizmente, a prioridade que seria de desejar ao campo da gestão dos estabelecimentos de ensino, sendo mesmo até sintomático o facto de a abordagem dessa problemática ter sido quase sempre associada (e até mesmo reduzida) a uma questão de formação, grau de competência e responsabilização do director da escola.

Com efeito, e se tomarmos como ponto de partida alguns parâmetros que configuram o estabelecimento de ensino tais como:

- (i) a sua caracterização geral (localização, regime de funcionamento, níveis ou ciclos a que se destina, capacidade de lotação em alunos e turmas);
- (ii) a estrutura e áreas de uso pedagógico, administrativo e social;
- (iii) o quadro de pessoal;
- (iv) o corpo directivo e os órgãos de administração existentes;
- (v) as estruturas de apoio à escola (parcerias comunitárias, comissões de pais e encarregados de educação) – para referirmos apenas estes -

E forçoso concluir que uma boa gestão do estabelecimento de ensino está dependente de factores e elementos em correlação, tais como:

- a introdução do conceito e prática de gestão, na direcção das escolas, partindo de uma formação apropriada dos seus dirigentes;
- a estruturação de um “corpo directivo” que responda de forma eficaz às necessidades de âmbito pedagógico e administrativo do estabelecimento de ensino;

- a identificação de indicadores para os encargos de funcionamento corrente da instituição e sua utilização na elaboração de uma ficha anual de custos e financiamento do estabelecimento de ensino (este procedimento poderia, numa primeira fase, limitar-se a instituições de Ensino Médio e Escolas do II e III Níveis de grande dimensão);
- a definição clara de competências no que concerne à conservação das instalações escolares, acompanhada de uma transferência de capacidade operatória, financeira e técnica, para os níveis provincial e/ou da própria instituição de ensino;
- a realização de acções sistemáticas de avaliação do estabelecimento de ensino e verificação do seu funcionamento, através de mecanismos de supervisão educativa ou orientação metodológica e inspecção.

Muitos outros aspectos poderiam certamente ser aflorados relativamente à problemática da gestão do estabelecimento de ensino. Entretanto, e no âmbito de uma estratégia para a melhoria do ensino, parece-nos que os aspectos considerados constituem pistas de trabalho a ter em consideração.

III.3 - Padronização dos Estabelecimentos de Ensino

□ Ensino de Base Regular

Este Subsistema de ensino tem 3 níveis e (8) oito classes actualmente sendo: I Nível da 1ª a 4ª classe; II Nível da 5ª a 6ª classe; e o III Nível da 7ª a 8ª classe.

Este Subsistema e níveis de ensino constituem a base do sistema de ensino, pois representam cerca de 85% dos efectivos de todo o sistema de ensino. Só o I Nível representa 79,4% dos efectivos do sistema.

Em termos de distribuição constatamos que, em condições normais, 70% dos efectivos discentes do I Nível encontra-se em zonas rurais. Actualmente, e devido aos efeitos da guerra e conseqüente instabilidade, com o fenómeno de migração interna, a situação já não é a mesma, verificando-se uma grande concentração de populações junto aos principais centros urbanos. Não existem dados fiáveis sobre o número de crianças em idade escolar (para o I Nível) que se encontram na situação de deslocadas. Mas somos de opinião, face à experiência adquirida que pelo menos ainda 60% dos efectivos discentes do I Nível se encontram nas zonas rurais.

Os efectivos discentes do II Nível distribuem-se pelos municípios e capitais de província, e o III Nível está concentrado actualmente nas capitais provinciais e alguns municípios mais importantes do ponto de vista de população e económico (Ex. Catumbela, Caála, etc.)

Na padronização dos estabelecimentos de ensino há a considerar: a zona de implantação, e o nível a que se destina essencialmente.

Mas há ainda a considerar o factor transição do actual sistema de ensino para o modelo previsto na Reforma Educativa. Esta situação aplica-se mais no I Nível que passará de 4 para 6 classes.

O MEC, no âmbito do Primeiro Projecto Educação com financiamento do Banco Mundial, desenvolveu modelos de escolas para o I, II e III Níveis, dos quais anexamos as respectivas definições de espaços e dimensões.

Obs.: Para os modelos aqui referenciados existem nos Serviços de Arquitectura do GEP as respectivas plantas e informação complementar.

No que se refere à escola do I Nível para a zona rural somos de opinião que, tendo em atenção o número de alunos, a ela poderá estar sempre anexa (agregada) a residência para professor(es).

A escola do I Nível nos municípios e dependendo da população escolar poderá ter 6 a 10 salas de aula. Actualmente existem escolas do II Nível, do III Nível ou do II e III Níveis.

Somos de parecer, que tendo em conta a Reforma Educativa em curso, cuja estrutura de Ensino Geral será (6+3+3), já se deveria adoptar para o futuro (2006 em diante), um modelo de escola para o Ensino Geral para o 1º e 2º Ciclos do futuro Ensino Secundário (7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª classes) e outro modelo de escola para o Ensino Técnico Profissional, onde funcionam em simultâneo cursos de áreas de administração, serviços e comércio e cursos de área industrial, denominadas Escolas Técnicas Profissionais.

No que se refere ao Ensino Médio, já foi definido, aprovado e implementado em (Luanda e Benguela) o modelo tipo de instituição, denominada Magistério.

Para o Ensino Médio Técnico está em curso um processo de reestruturação dos cursos que definirá também o(s) modelo(s) a adoptar de acordo com os cursos e especialidades. Prevê-se a conclusão deste trabalho em 2002.

III.4 - Comparticipação dos Cidadãos

Como é do conhecimento geral, a educação tem custos. Também se define a educação como uma tarefa social, na qual deve participar toda a Sociedade.

Fica assim subentendido que a sociedade, os cidadãos devem participar nos custos da educação através do pagamento de determinados serviços de educação prestados pelo Estado.

Esta comparticipação pode revestir várias formas, directas ou indirectas, financeiras ou não, mas a mais correcta e viável deverá processar-se mediante o pagamento de uma taxa, que usualmente se denomina propina, que corresponde ao custo de frequência do aluno em determinado nível de ensino. Esta propina poderá ser cobrada periodicamente (trimestralmente). Para além da propina, deverá pagar-se uma taxa de inscrição no acto de matrícula. Para além deste custo, deverão ser objecto de cobrança os serviços prestados pela escola como emissão de certidão, declaração de habilitações literárias, e apenas estes.

Este princípio do pagamento de taxa de inscrição e propina, de acordo com o sistema em vigor, só deverá ser aplicado a partir do 2º. Nível de Ensino, tendo em conta que o 1º. Nível é gratuito.

Considerando a actual situação económica e social das populações e os custos dos serviços da educação (aqui só nos referimos ao uniforme e material didáctico, pois não são cobrados em nenhum dos níveis de ensino, propinas nem taxas de inscrição, a maioria das famílias não tem capacidade financeira para fazer face aos custos com a educação dos filhos.

Há ainda a considerar que a escola deve ser um factor de igualdade social e não de desigualdade social, e que um dos princípios do Sistema de Ensino a ser salvaguardado, pelo menos onde o Estado tem responsabilidades definidas por lei (ensino obrigatório), é o da equidade do ensino, que estabelece que todos devem ter as mesmas condições.

Assim, no ensino obrigatório actual (1ª. à 4ª. Classe) a gratuitidade do ensino deverá incluir, para além da isenção de taxa de inscrição e propina, a cedência por empréstimo do manual escolar e distribuição por trimestre de material didáctico, lápis, esferográficas, borrachas e cadernos.

Considerando que a Reforma Educativa em curso prevê um ensino primário obrigatório de 6 classes, a isenção de taxas de inscrição e propina deverá abranger o actual 2º. Nível (5ª. e 6ª. classes), devendo o material didáctico neste nível ser pago. O 3º. Nível não deverá ser objecto de qualquer isenção, salvo nos casos previstos em legislação própria (Sistema de Bolsas Internas).

Para além destas formas de participação dos cidadãos nos custos da educação, que deverão ser regulamentados por lei, não ficam excluídas outras formas de participação do cidadão nas actividades educativas, que não deverão incluir outros encargos financeiros para os cidadãos.

O material para as actividades de ensino, inclusive provas de exame, deverão ser pagos pelos alunos nos níveis de ensino previstos (do 2º. Nível ao Ensino Superior) assim como material didáctico.

III.5 – Acção Social Escolar

A Acção Social Escolar surge em consequência de uma necessidade imperativa de tornar a escola num espaço que deve ir ao encontro das necessidades da população alvo, tendo em conta as suas características específicas e as condições sócio económicas do País.

É uma área cuja sensibilidade, por si só, justifica uma intervenção e análise profunda. Pois visa, em primeiríssima análise, minimizar as dificuldades sociais das escolas bem como efectuar o acompanhamento sócio-cultural e desportivo, de uma fatia, que constitui parte considerável da população.

A implementação de uma política de Acção Social obriga ao empenhamento de toda a sociedade, através da promoção de projectos viáveis e realistas, a fim de se atingir um objectivo comum, inadiável e imprescindível. O bem-estar de todas as crianças e jovens

angolanos em idade escolar, por forma a garantirmos um futuro cuja qualidade não seja susceptível de se pôr em causa.

Angola tem sido de forma dramática, devido à guerra, obrigada a adiar, constantemente, a intenção de encontrar soluções que visem um país para todos, sem distorções sociais.

Particularizando a situação, e centrando a nossa atenção no estado actual do Sector da Educação e Ensino, rapidamente entendemos a necessidade de criação e implementação de uma política de Acção Social, que vise criar as bases de orientação.

para a criação de programas e estratégias que, em primeira instância, deverão combater as deficiências e carências sentidas pelas crianças em idade escolar dentro do Sistema Nacional de Ensino.

A taxa de escolarização do Ensino de Base Regular, de acordo com os dados estatísticos disponíveis, corresponde a 79,4%, com uma taxa de promoção para a 1ª classe igual a 52,2%, (1997), o que, por si só, é suficientemente esclarecedor.

A situação generalizada de instabilidade económica e social provocada pela duração e existência de um longo conflito armado, tem-se traduzido pelo alarmante número de crianças em situação extremamente difícil (cerca de 840.000), que tendencialmente têm vindo a aumentar, e que reclama, urgentemente, por medidas de protecção que permitam enquadrar a criança no centro das atenções, tendo como referência a importância da sua estabilidade física e psíquica, como promotora de futuro e de desenvolvimento.

III.5.1 - Domínio de Intervenção da Acção Social Escolar

A Acção Social Escolar visa, sobretudo, atender as crianças e jovens em idade escolar, nomeadamente, nos Ensinos de Base e Médio, em quatro vertentes:

- Material
- Social
- Desportivo-Cultural
- Cuidados de Saúde Básicos

Para o efeito, a área de Acção Social Escolar responde pelas actividades sociais da Educação, designadamente:

- Bolsa de Estudo Interna
- Apoio Social ao aluno, incluindo Lares, Internatos, Cantinas Escolares e Bibliotecas Escolares
- Saúde Escolar
- Actividade Extra- escolares e Desporto Escolar

- **Orientação Vocacional e Profissional**

Os apoios e complementos educativos previstos no domínio da Acção Social Escolar incluem modalidades de aplicação geral e restrita. São modalidades de aplicação geral as que são susceptíveis de abranger todos os alunos, designadamente com apoios alimentares, transportes escolares e esquemas de alojamento.

São modalidades de aplicação restrita as que se destinam, em exclusivo, aos alunos de mais baixos recursos sócio-económicos, designadamente a cedência de livros e material escolar e os auxílios económicos directos. Os apoios e complementos educativos traduzem-se, portanto, em programas de alimentação e nutrição, transportes escolares, residências para estudantes, seguro escolar e acção social. A execução destas medidas é da responsabilidade dos órgãos de gestão dos estabelecimentos de educação e ensino públicos e particulares, excepto no que respeita os transportes escolares, cuja organização e suporte financeiro está dependente dos municípios.

IV PARTE

Conclusões e Recomendações

IV - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

IV.1.- Conclusões

A dinâmica do Sistema Educativo traduzida essencialmente nos seus resultados e contributos para o processo de desenvolvimento do país, só pode ser convenientemente analisada através do seu relacionamento interactivo, por um lado com o quadro institucional em que se insere, e, por outro, com a identificação dos traços essenciais do processo de ensino – aprendizagem e de formação que o explicita, os quais limitam ou favorecem a consecução dos níveis de acessibilidade/equidade e de eficácia, qualidade pretendidos e/ou atingidos.

Da análise efectuada no Capítulo I (Caracterização) ao quadro actual do Sistema de Ensino em vigor é possível constatar uma série de factores uns externos (exógenos) outros internos (endógenos) e outros ainda de carácter institucional que são comuns a todos os subsistemas e níveis tais como:

- a) Uma taxa de escolarização muito baixa (55% no 1.º. Nível; 16,5% no 2.º. e 3.º. Níveis; 5% no Ensino Médio; e 0,7% no Ensino Superior).
- b) Elevadas taxas de abandono escolar (em média superior a 30%).
- c) Baixa taxa de promoção (apenas 52% no Ensino de Base Regular).
- d) Elevadas taxas de reprovação (em média superior a 35%).
- e) Baixa taxa de retenção (alunos que se mantêm no sistema com aproveitamento - apenas 30%).

O quadro aqui exposto mostra a inoperância das estruturas educativas quer devido à sua organização institucional, quer devido sobretudo a qualidade e quantidade de recursos nelas envolvidos, pelo que se chega às seguintes conclusões:

1. Ineficácia do Sistema de Ensino – produzida pelos elevados índices ou taxas de reprovação e abandono escolar, e baixas taxas de promoção e retenção.
2. Baixa qualidade de ensino – traduzida pelo nível de conhecimentos adquiridos pelos alunos após conclusão de um ciclo ou nível de ensino, devido aos desajustes dos programas de ensino, sistema de avaliação e qualidade do corpo docente.
3. Inadequação entre o nível de investimentos feitos no Sector e as necessidades reais do sistema – traduzido pela insuficiente rede de infra-estruturas escolares, fraca cobertura do sistema (cerca de 1.000.000 de crianças em idade escolar fora do sistema) e pela falta de meios de ensino, equipamentos e mobiliário.

Face a estas constatações e conclusões, é necessário e urgente proceder a uma mudança da actual situação e definir nova(s) estratégia(s) e opções de política educativa abarcando tanto os aspectos institucionais como os relacionados com a qualidade e os meios de ensino. Em particular há que prestar especial atenção aos aspectos relacionados com o financiamento da Educação.

A estratégia a adoptar pode ser consubstanciada numa 1ª. Etapa de Emergência (2001-2002) a curto prazo, que deverá ter como 1º. Objectivo fundamental criar as condições que permitem reforçar e capacitar os recursos humanos necessários para prepararem e promoverem a reforma institucional e a reforma do Sistema de Ensino, e como 2º. Objectivo procurar aumentar a capacidade de oferta em termos de uma maior equidade e melhorar a eficácia e qualidade de ensino, nas zonas onde for possível actuar, privilegiando as áreas mais afectadas pela exclusão e insucesso escolar.

Uma 2ª. Etapa de Consolidação (2002-2006) que deverá ser desenvolvida num ambiente de paz obedecendo a um programa nacional de grande envergadura financeira, que dê continuidade à fase de emergência e abarque todos os níveis e modalidades de Ensino (Introdução do Novo Sistema de Ensino).

E numa 3ª. Etapa de Desenvolvimento e Expansão do Novo Sistema de Ensino (2006-2015) numa perspectiva de educação para todos e formação da mão-de-obra qualificada necessária ao desenvolvimento do País.

Esta estratégia deverá naturalmente ser balizada por dois projectos em curso: a lei de Bases do Sistema nacional de Educação e a Reforma do Ensino.

As medidas de política educativa deverão ajudar a melhorar:

- A Acessibilidade e Equidade;
- Matrículas e características de população;
- Instalações e Equipamentos Escolares ;
- A eficácia e Qualidade;
- Currículos e Materiais Didácticos;
- Corpo Docente;
- Sistema de Avaliação do Rendimento dos Alunos;
- Gestão e Supervisão.

IV.2.- RECOMENDAÇÕES

I – De Âmbito Geral

- Aprovação e implementação da Estratégia proposta no Capítulo II de acordo com as etapas e prazos propostos.
- 1.1. Implementação da Lei de Bases do Sistema de Educação de conformidade com o cronograma indicativo do processo da reforma educativa.
 - 1.1.2. A conclusão do processo da Reforma Educativa e sua implantação a partir do ano lectivo 2003.

II – De Carácter Específico

A Nível do Governo

Não obstante a actual situação económico-financeira do país, urgente necessidade de se aumentar a percentagem orçamental destinado ao Sector da Educação, pelo que se recomenda:

- A adopção de políticas sócio-educativas coerentes e integradas pelos Ministérios das Finanças, Planeamento e Educação, que tornem possível à população activa em função dos níveis e condições de vida actuais, a compartilhar nos custos da educação, designadamente o pagamento de propinas no ensino não obrigatório.
- Estudar a viabilidade sócio-económica da institucionalização de um fundo e Caixa Escolar Social com gestão descentralizada no Ministério da Educação e Cultura com vista a acudir situações no âmbito da Política de Acção Social Escolar.
- Adoptar uma política de crédito para o ensino privado com o objectivo de fomentar e catalisar esta via de ensino.
- Considerando a importância estratégica que o Sector da Educação representa para o desenvolvimento Global do País, que o Governo adopte uma política de aumento gradual da base percentual orçamental da Educação a iniciar no próximo ano até a conclusão da etapa de consolidação de forma a dar resposta as necessidades do Sector no período em referência (2ª. Etapa – 2002-2006) fundamentalmente na Rubrica de Investimentos.
- Que transite para responsabilidade e competência dos Governos Provinciais as obras de reabilitação de infra-estruturas escolares para todos os níveis de ensino excepto o Ensino Superior.
- Sempre que estas obras incluam ou prevejam ampliações e/ou alterações deverá ser consultado previamente o MEC.

A Nível do Sector (Ministério da Educação e Cultura)

- A conclusão e implementação da reforma do Ensino a partir do ano lectivo de 2003, como a adopção de planos curriculares que correspondam aos objectivos determinados para cada subsistema e nível de ensino.
- A garantia de um ano de sensibilização escolar antes da 1ª. Classe (Pré-Escolar ou Iniciação).
- A introdução do ensino das línguas nacionais em classes a determinar do Ensino Primário.

- A eliminação do regime de turno triplo.
- A redução dos rácios Professor/Alunos principalmente nas zonas de mais baixo rendimento escolar.
- A definição de uma política do manual escolar e material didáctico para o Ensino Obrigatório.
- A melhoria dos programas e métodos de ensino e de avaliação no Ensino de Adultos.
- A reestruturação do Ensino Técnico Profissional.
- O desenvolvimento de acções de formação inicial de professores e de permanente actualização, aperfeiçoamento e acompanhamento dos quadros docentes e pedagógicos do Sector.
- A operacionalização da Inspeção Geral da Educação nas vertentes pedagógica e administrativa a fim de garantir a eficácia do Sistema de Educação.

A Nível da Sociedade Civil e a Participação Comunitária no desenvolvimento do Sistema Educativo.

- Aprovar um Diploma Legal que estabeleça os parâmetros da participação comunitária nas tarefas do ensino, tendo em conta a inexistência de um quadro reitor e normativo nesse domínio, o que tem contribuído significativamente para uma relativa apatia da população sobre a matéria.
- Sensibilizar e mobilizar a comunidade para as tarefas de universalização do Ensino Obrigatório, Particular e prioritariamente nas regiões mais desfavorecidas numa perspectiva de Educação Para Todos e da Erradicação do Analfabetismo Juvenil e Adulto.

IV.3.-SOLUÇÕES GLOBAIS

Encarar soluções para os problemas da educação, implica em primeira instância adoptar medidas globais, tais como:

- O retorno das populações às suas zonas de origem;
- A melhoria das vias de comunicação – livre circulação de pessoas e bens;
- A melhoria das condições sociais das zonas rurais;
- A adequação dos recursos financeiros às reais necessidades do sector.

Estas medidas globais devem ser acompanhadas de medidas específicas do Sector como sendo, resumidamente:

- A construção e recuperação de infra-estruturas escolares.
- A formação, superação e reciclagem de professores e gestores escolares;
- A melhoria dos conteúdos de ensino, através da implementação da Reforma Educativa.;
- O reforço (aperfeiçoamento, racionalização e ampliação) da rede do Ensino Técnico Profissional e Ensino Superior;
- A adopção de medidas concretas que proporcionem um maior engajamento da Sociedade Civil nas tarefas da Educação.

Entretanto, cientes de que a solução das questões prementes e actuais não se afigura possível em 3,5 e mesmo 10 anos, impõe-se adoptar uma estratégia de intervenção, escalonando as acções no tempo.

A estratégia de intervenção aqui proposta para solução global dos problemas do Sistema Educativo deverá centrar-se essencialmente nas seguintes componentes fundamentais:

1. Infra-estruturas Físicas (compreende a construção, reabilitação e equipamento de instituições escolares).
2. Recursos Humanos – Formação, capacitação, superação do quadro docente e técnico do sector.
3. Reforço Institucional – (compreende prioritariamente a reorganização administrativa e funcional do sistema, tornando-o mais funcional; intervenção na área de Formação de Quadros; operacionalização da Inspeção Geral da Educação e reestruturação do INIDE (Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento do Ensino)).

VISTO E APROVADO EM CONSELHO DE MINISTROS DA REPÚBLICA DE ANGOLA, AOS 28 DE SETEMBRO DE 2001.